

Veículo: Site A Tarde	
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias
Assunto: Operação conjunta combate organização criminosa com R\$ 75 milhões em dívidas – cita a Sefaz .	

A TARDE

Qua , 14/10/2020 às 06:09 | Atualizado em: 14/10/2020 às 06:12

Operação conjunta combate organização criminosa com R\$ 75 milhões em dívidas

Da Redação



O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as **secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz)** e da Segurança Pública (SSP) deflagraram, na manhã desta quarta-feira, 14, uma operação que tem como alvo uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. A operação Hydra cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além da cidade de Itajaí (SC).

Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador. Informações iniciais dão conta que o empresário Luiz Paulo Dantas Monteiro foi preso em Praia do Forte, no município de Mata de São João, no litoral norte.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz receber denúncias sobre as práticas fraudulentas. Ainda segundo a força-tarefa, em 10 anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas, tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Força-tarefa

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz, e pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap). O trabalho é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP-BA, a Sefaz-BA e a SSP-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 14/10/2020	Página:

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

8:43 14 de Outubro de 2020

redacao@correio24horas.com.br

Polícia cumpre 8 mandados de prisão contra organização com R\$ 75 mi em dívidas fiscais

Grupo atua no comércio atacadista de alimentos e pescados e tinha estratégias para avasão

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

14.10.2020, 06:25:37

Atualizado: 14.10.2020, 07:57:30



Polícia cumpre 8 mandados de prisão contra organização com R\$ 75 mi em dívidas fiscais

(Alberto Maraux/Divulgação/SSP)

Oito mandados de prisão são cumpridos nesta quarta-feira (14) contra uma organização criminosa que chegou a R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano. Sete destes são na Bahia e um em Itajaí (SC). Ainda são cumpridos 19 mandados de busca e apreensão. Batizada de Operação Hidra, a ação conta com a Secretaria de Segurança Pública

(SSP), Ministério Público e **Sefaz**. Os mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Segundo a investigação, a organização atua no comércio atacadista de alimentos e pescados e utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", que existem só para emitir notas frias, entre outros métodos de evasão e sonegação fiscal.

A **Sefaz** recebeu denúncias sobre a ação do grupo e começou a apurar. Em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas sob comando de um empresário e do sobrinho dele, que eram sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, usando familiares, empregados e outros terceiros para aumentar os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Mas assim que essas empresas devedoras saíam de atividade surgiam outras que seguiam nas mesmas práticas criminosas.

Com o dinheiro, o grupo comprou carros de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas e vivia bem de vida. Todos os bens que foram identificados foram alvos de sequestro ordenado pela Justiça e devem servir para ressarcir os cofres públicos.



(Foto: Alberto Maraux/Divulgação/SSP)

Força-tarefa

O trabalho dessa operação é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além da SSP, MP-BA e **Sefaz-BA**, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-BA).

Fazem parte da força-tarefa a Dececap da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia e a **Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba.**

Além de operações especiais como a Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/12/2019	Cita Sefaz



FORÇA TAREFA CUMPRE MANDADOS CONTRA GRUPO QUE SONEGOU R\$ 75 MILHÕES NA BAHIA



admin 14 Outubro, 2020

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra, que executa oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pelas **secretarias estaduais da Fazenda** e da Segurança Pública, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz-Ba receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Veículo: Metro1	Caderno: Bahia
Data: 14/10/2020	Cita Sefaz



Bahia

Polícia Civil da Bahia cumpre 8 mandados de prisão contra organização criminosa que movimentou R\$ 75 milhões

Foram expedidos ainda 19 ordens de busca e apreensão para Salvador, outras 3 cidades do estado e em SC



Foto: Divulgação

Por **Lara Curcino** no dia 14 de Outubro de 2020 · 06:53

A Polícia Civil cumpre, na manhã de hoje (14), oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão contra uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto à Receita Federal na Bahia.

As ordens são cumpridas em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além de no município de Itajaí, em Santa Catarina.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria Estadual da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e pela **Secretaria Estadual da Fazenda**, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, com intuito de emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.



Polícia

Operação Hidra: Empresário Luiz Paulo Monteiro é preso acusado de sonegar imposto



14 de Outubro de 2020 às 07:06 Por: **Ascom SSP** Por: **Redação BNews** 0 comentários

Um empresário baiano foi preso na manhã desta quarta-feira (14), em Praia do Forte, alvo da [Operação Hidra, deflagrada hoje](#). Conforme informações apuradas pelo **BNews**, o empresário é Luiz Paulo Dantas Monteiro, preso em Praia do Forte. Ele é dono de um apartamento no Edifício Trapiche, no Comércio, que também é alvo de busca e apreensão. Policiais Civis estão no local desde o início da manhã. Policiais também estão em um edifício no Cidade Jardim, em Salvador. Segundo informações, uma empresária deverá ser presa no local. A polícia realizou apreensão nos edifícios. Após a prisão de Paulo Dantas, a empresária Suely de Almeida Dantas também foi presa, já em Salvador.



Segundo as investigações, a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí,

no estado de Santa Catarina. A empresa Big Peixe Transportes LTDA, com sede em São Gonçalo dos Campos, também foi alvo da operação.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pela **Sefaz**, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

Atuam na força-tarefa, a Dececap da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia e a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-Ba.

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além da SSP, MP-Ba e Sefaz-Ba, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

Matéria atualizada às 8h50



Justiça

Organização do ramo atacadista é alvo de operação na Bahia após ser acusada de sonegação



14 de Outubro de 2020 às 06:13 Por: [Arquivo Bnews](#) Por: [Redação Bnews](#) 0 comentários

Uma organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados é alvo de uma força-tarefa coordenada pela Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e pelas **secretarias estaduais da Fazenda** e da Segurança Pública na manhã desta quarta-feira (14). Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão estão sendo cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além de Itajaí, em Santa Catarina.

Na capital baiana, agentes estão na Mansão da Chácara Real, localizada na Cidade Jardim. Um empresário e a esposa foram presos no início da manhã em Praia do Forte, no município de Mata de São João, Região Metropolitana de Salvador (RMS). Eles são donos de um imóvel no Porto Trapiche Residence, no Comércio.

De acordo com informações do MPBA, a organização utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal, chegando a acumular R\$ 75 milhões em dívidas tributárias. A prática foi identificada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Prática

Ainda de acordo com informações do órgão, em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. "Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas", explicou, em nota, o MPBA.

Com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Veículo: Site da Varela Notícias	Caderno: Política
Data: 14/10/2020	



14/10/20 às 06h59 - Atualizado em 14/10/20 às 06h59

“Não é só sonegação, é enriquecimento ilícito”, diz Varela sobre Operação Hidra

O apresentador Raimundo Varela comentou sobre a operação que acontece na Bahia e em Santa Catarina



Redação VN

redacao@varelanoticias.com

Durante o programa Balanço Geral da TV Record Itapoan desta quarta-feira (14), o apresentador Raimundo Varela comentou sobre a Operação Hidra realizada na manhã desta quarta.

“Essa é a prova evidente de que não é só sonegação, é também enriquecimento ilícito e fraudadores do fisco. Aqui vai para cadeia e daqui a pouco tá solto. As leis aqui caducaram e o código penal tem 80 anos, mas os políticos gostam”, disse Varela.

Na operação estão expedidos oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão são cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Veículo: Site da Varela Notícias	Caderno: Política
Data: 14/10/2020	Cita Sefaz



14/10/20 às 06h42 - Atualizado em 14/10/20 às 06h42

SSP, MP e Sefaz realiza operação contra um grupo de comércio atacadista com R\$ 75 milhões em dívidas

São cumpridos nas cidades de Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos e em Itajaí, no estado de Santa Catarina



Fotos: Alberto Maraux

Redação VN

redacao@varelanoticias.com

Um grupo de comércio atacadista é acusado de acumular R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra. Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos nas cidades baianas de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pela Sefaz, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a **Sefaz-Ba** receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, de acordo com a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como

sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) deram apoio nos cumprimentos dos mandados.

Operação contra fraudes fiscais cumpre 8 mandados de prisão e 19 busca e apreensão na Bahia

Publicado em 14/10/2020 às 08:03



Foto: Divulgação/SSP-BA

A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) cumpre oito mandados de prisão e outros 19 de busca e apreensão em uma operação contra fraudes fiscais, na manhã desta quarta-feira (14). Os mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Mata de São João, São Gonçalo dos Campos e Itajaí (SC).

Segundo a SSP, o alvo da operação é um grupo de comércio atacadista de alimentos e pescados, que utilizava laranjas em simulações de contratos sociais. As investigações apontam que a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias.

Em Salvador, mandados de prisão, busca e apreensão foram cumpridos em um condomínio na região do Cidade Jardim, onde ficam apartamentos de médio e alto padrão, e também em um condomínio de luxo na Avenida Contorno.

A operação foi denominada Hidra e tem apoio do Ministério Público da Bahia (MP-BA), da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), de equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

Esquema

Ainda de acordo com a SSP, a organização criminosa também fazia compra em nomes de terceiros e empresas criadas apenas para emitir notas fiscais frias, além de outras fraudes, como evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram depois que a Secretaria da Fazenda da Bahia recebeu denúncias das fraudes. A SSP detalhou que o grupo agia há pelo menos 10 anos e que constituiu mais de 15 empresas, com um empresário e o sobrinho dele atuando como sócios ocultos.

Ainda conforme a Secretaria de Segurança, esses dois homens usavam familiares, empregados e outras pessoas para expandir o negócio. As empresas citadas pela SSP passaram por fiscalização, e a prática de sonegação fiscal foi encontrada.

Com o valor gerado pela sonegação fiscal, o grupo criminoso adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. A Justiça determinou que todos os bens identificados sejam sequestrados, para que haja ressarcimento aos cofres públicos.

*Fonte G1 BA

Tênis Caterpillar indicado para homens que valorizam segurança

Tênis Caterpillar | Patrocinado Início Sobre o APO Política de Privacidade

[Leia o artigo a seguir >](#)

© Alta Pressão Online 2010 - 2020
As principais notícias de Alagoinhas e Região.



Veículo: Site Bahia no Ar	Caderno:
Data: 14/10/2020	Página:



'Operação Hidra': SSP, MP e Sefaz combatem organização com R\$ 75 milhões em dívidas; Camaçari está na lista de cidades baianas

Mandados de prisão e de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos na capital baiana, e nas seguintes cidades: Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além do município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

14 DE OUTUBRO DE 2020 | REDAÇÃO BAHIA NO AR | ECONOMIA - NOTÍCIAS - POLICIAL

2



Polícia Civil deflagra Operação Hidra em Salvador e mais 3 cidades na Bahia. (Foto: Reprodução / Alberto Maraux – SSP-BA)



De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), na manhã desta quarta-feira (14/10), uma organização que acumulou cerca de R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano é alvo de uma operação policial, batizada de 'Hidra'.

No total, a SSP-BA afirma que oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridos na capital baiana, e nas seguintes cidades: **Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos**, além do município de **Itajaí**, situado no estado de Santa Catarina.

A força-tarefa responsável pela operação, integrada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), além da Secretaria da Fazenda (Sefaz), ressaltou que a organização atua no comércio atacadista de alimentos e pescados e utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas somente para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, visando a evasão de receita e sonegação fiscal.

De acordo com a SSP-BA, as investigações começaram após a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) receber denúncias quanto a essas práticas fraudulentas. Em dez anos, segundo a força-tarefa, o grupo constituiu mais de 15 empresas.

Ainda de acordo com a força-tarefa, também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas.

Até o momento, todos os bens identificados foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Atuam na força-tarefa, a Dececap da Coordenação de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil; o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia; e a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-BA.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) deram apoio nos cumprimentos dos mandados.

O trabalho integra parte das ações do Cira (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos), que reúne, além da SSP, MP-BA e Sefaz-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-BA).

Além de operações especiais, a exemplo da Hidra, as estratégias do Cira para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em **Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista**, além do escritório central em **Salvador**.

Logo mais, às 11h30, no auditório Afonso Garcia Tinôco, situado na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), a delegada da Dececap, Nayara Sales Brito, o promotor de Justiça e coordenador do Gaesf, Hugo Cassiano e a inspetora do Infip/Sefaz-Ba, Sheilla Cavalcante Meirelles, atenderão a imprensa.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Outubro de 2020 - 09:00

Empresa alvo de operação contra sonegação fiscal na Bahia é divulgada

por Ailma Teixeira



O nome da empresa que foi alvo da Operação Hidra, deflagrada na manhã desta quarta-feira pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) com apoio de secretarias estaduais, foi divulgado pelo órgão de investigação. Se trata da Big Peixe Transportes LTDA, com sede em São Gonçalo dos Campos.

O município baiano foi uma das cidades que recebeu agentes para o cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisão. Ao todo, foram 27 mandados, também em Salvador, Feira de Santana e Camaçari, na Bahia, além de Itajaí, em Santa Catarina.

De acordo com informações disponíveis no site da Receita Federal, a empresa que atua com "transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional" tem como sócia-administradora Bianca Magalhães Monteiro. Com situação ativa, a Big Peixe possui capital social de R\$ 30 mil e foi registrada em janeiro de 2016, portanto há cerca de quatro anos e nove meses.

No entanto, segundo a força-tarefa que deflagrou a operação, o grupo criminoso chegou a constituir mais de 15 empresas em 10 anos, acumulando R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco da Bahia ([saiba mais aqui](#)). Por trás da ação, estariam um empresário e seu sobrinho, cujas identidades ainda não foram reveladas. Os dois teriam atuado como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios. *(Atualizada às 9h11)*

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Outubro de 2020 - 06:40

Operação contra sonegação fiscal é deflagrada em Salvador e mais três cidades baianas



Uma organização criminoso acusada de acumular R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano é alvo de uma operação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e das secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz-BA) e da Segurança Pública (SSP-BA). A força-tarefa deflagrou a Operação Hidra, na manhã desta quarta-feira (14), para cumprir oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e em Itajaí, município de Santa Catarina.

De acordo com a força-tarefa, o grupo criminoso atua no comércio atacadista de alimentos e pescados. Ele utilizava "laranjas", simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nome de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes. O objetivo com isso era a prática de crimes como evasão de receita e sonegação fiscal.

Em material enviado à imprensa, os órgãos e pastas responsáveis pela operação explicam que as investigações começaram após a Sefaz-BA receber denúncias dessas práticas fraudulentas. A apuração feita até o momento mostrou que o grupo constituiu mais de 15 empresas em 10 anos, sob comando de um empresário e seu sobrinho. Ambos teriam atuado como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Com a fiscalização em curso, autos de infração foram lavrados contra essas empresas por sonegação fiscal. Mas, à medida em que elas tiveram suas atividades paralisadas, outras surgiram e deram continuidade aos negócios criminosos.

A força-tarefa indica que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens já identificados foram objeto de sequestro determinado pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador. Eles servirão de ressarcimento aos cofres públicos.

APOIO

A força-tarefa é conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do MP-BA; Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz-BA, SSP-BA, Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

O trabalho é parte das ações do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que reúne, além do MP-BA, da Sefaz-BA e da SSP-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-BA).

(/)

TEM SEMPRE UMA TOPÁZIO TOYOTA PERTO DE VOCÊ COM OS MELHORES VEÍCULOS E CONDIÇÕES INCRÍVEIS.

Perceba o risco, proteja a vida.

• SUPERBÔNUS
• TAXAS ESPECIAIS
• PARCELAS REDUZIDAS
• DESCONTOS

FAÇA UM TEST DRIVE!

GARANTIA 5 ANOS TOYOTA

TOPÁZIO

(<https://topaziotoyota.com.br/solicitar-proposta/>)
(<https://topaziotoyota.com.br/solicitar-proposta/>)



DISQUE COVID IPIAÚ

Atlantic Nickel e você contra a COVID-19



COVID-19



[Clique aqui e saiba mais](#)

www.atlanticnickelcovid19.com

(<https://atlanticnickelcovid19.com/>)



Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio

[Anúncio? Por quê?](#)

Bahia: Operação conjunta combate organização criminosa com R\$ 75 milhões em dívidas

Polícia (<https://ipiaonline.com.br/category/policia/>) / 0 (<https://ipiaonline.com.br/bahia-operacao-conjunta-combate-organizacao-criminosa-com-r-75-milhoes-em-dividas/#comments>)



O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) deflagraram, na manhã desta quarta-feira, 14, uma operação que tem como alvo uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. A operação Hydra cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além da cidade de Itajaí (SC).

Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador. Informações iniciais dão conta que uma pessoa já teria sido presa em Praia do Forte, que pertence ao município de Mata de São João, no litoral norte.

Lembrete: Faltam 5 dias.
Faltam 5 dias - Recebe uma
uma mesada vitalícia. Mesa

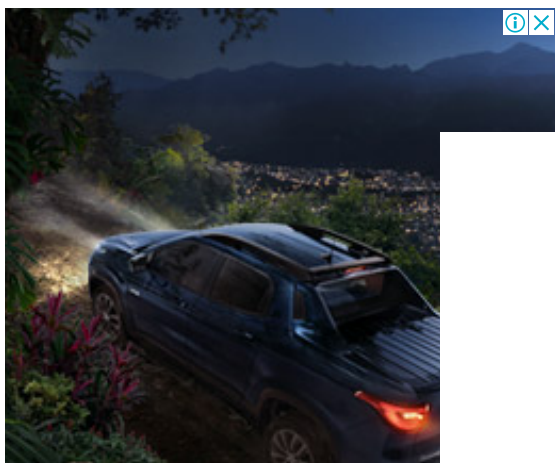
As investigações começaram após a Sefaz receber denúncias sobre as práticas fraudulentas. Ainda segundo a força-tarefa, em 10 anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas, tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Também foi possível constatar que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Força-tarefa

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz, e pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap). O trabalho é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP-BA, a Sefaz-BA e a SSP-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

A Tarde



© Compartilhar (whatsapp://send?text=Bahia%3A+Opera%C3%A7%C3%A3o+conjunta+combate+organiza%C3%A7%C3%A3o+criminosa+com+R%24+75+milh%C3%B5es+em+d%C3%ADvidas%20site

Comentários

Comentários Facebook

Comentário do site



Veículo: Farol da Bahia	Caderno:
Data: 14/10/2020	Página:

Farol da Bahia

Operação deflagrada nesta quarta (14) investiga empresa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas junto com fisco baiano

Da Redação 4 horas e 4 segundos atrás 0 Comentários

Oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão são cumpridos em cidades da Bahia e Santa Catarina



FOTO: Ascom/SSP

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias em conjunto com o fisco baiano é alvo na manhã desta quarta-feira (14) da Operação Hidra. No momento, oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão foram expedidos pela 2ª Vara Criminal de Salvador, são cumpridas nas cidades de Salvador, Camaçari, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, além do município de Itajaí, localizado em Santa Catarina.

Segundo a força-tarefa responsável pela operação, feita em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-Ba) e pela Sefaz, a organização que age no comércio atacadista de alimentos e pescados usava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas somente para emissão de notas fiscais frias, entre outras fraudes, também para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações tiveram início depois que a Sefaz-Ba recebeu denúncias quanto as práticas fraudulentas. Segundo informado pela força-tarefa, em dez anos o grupo constituiu mais de 15 empresas tendo sob comando um empresário e o sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, usando familiares, empregados e terceiros para expansão dos negócios.

A força-tarefa ainda informou ter sido possível constatar que, com o produto de sonegação fiscal, o grupo comprou automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens que foram identificados até o presente momento foram alvo de sequestro já determinado pela Justiça sob solicitação da força-tarefa e servirão como forma de ressarcimento aos cofres públicos.

Equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE) apoiaram nos cumprimentos dos mandados.



Veículo: G1	
Data: 14/10/2020	Caderno: Bahia



Operação contra fraudes fiscais cumpre mandados de prisão na Bahia; organização acumulou R\$ 75 milhões em dívidas

Mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Mata de São João e Itajaí (SC).

Por G1 BA

14/10/2020 06h48 Atualizado há uma hora



Operação da polícia e Ministério Público cumprem mandados de prisão, busca e apreensão

A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) cumpre oito mandados de prisão e outros 19 de busca e apreensão em uma operação contra fraudes fiscais, na manhã desta quarta-feira (14). Os mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Mata de São João, São Gonçalo dos Campos e Itajaí (SC).

Segundo a SSP, o alvo da operação é um grupo de comércio atacadista de alimentos e pescados, que utilizava laranjas em simulações de contratos sociais. As investigações apontam que a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias. O nome da empresa não foi divulgado.



Mandado de busca e apreensão foi cumprido em condomínio de luxo na Avenida Contorno, em Salvador — Foto: Reprodução/ TV Bahia

Em Salvador, mandados de prisão, busca e apreensão foram cumpridos em um um condomínio na região do Cidade Jardim, onde ficam apartamentos de médio e alto padrão, e também em um condomínio de luxo na Avenida Contorno.

A operação foi denominada Hidra e tem apoio do Ministério Público da Bahia (MP-BA), da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), de equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE).

Esquema



Operação contra fraudes fiscais cumpre 8 mandados de prisão e 19 busca e apreensão na Bahia — Foto: Divulgação/SSP-BA

Ainda de acordo com a SSP, a organização criminosa também fazia compra em nomes de terceiros e empresas criadas apenas para emitir notas fiscais frias, além de outras fraudes, como evasão de receita e sonegação fiscal. As investigações começaram depois que a Secretaria da Fazenda da Bahia recebeu denúncias das fraudes. A SSP detalhou que o grupo agia há pelo

menos 10 anos e que constituiu mais de 15 empresas, com um empresário e o sobrinho dele atuando como sócios ocultos.

Ainda conforme a Secretaria de Segurança, esses dois homens usavam familiares, empregados e outras pessoas para expandir o negócio. As empresas citadas pela SSP passaram por fiscalização, e a prática de sonegação fiscal foi encontrada.

Com o valor gerado pela sonegação fiscal, o grupo criminoso adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. A Justiça determinou que todos os bens identificados sejam sequestrados, para que haja ressarcimento aos cofres públicos.

Veículo: TV Itapoan	
Data: 14/10/2020	Programa: Balanço Geral
Assunto: Operação de combate à sonegação fiscal – Hidra. Cita a Sefaz.	

Data: 14/10/2020

Hora: 06:21:33

Duração: 10:25

Emissora: TV ITAPOAN

Programa: BALANÇO GERAL

Apresentador (a): FAGNER COELHO - Repórter

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Operação de combate à sonegação fiscal – Hidra. Cita a Sefaz.

Veículo: Site Giro Ipiaú	Online
Data: 14/10/2020	Caderno: Notícias



Força-tarefa cumpre mandados de prisão contra grupo com R\$ 75 milhões em dívidas fiscais

Por [Giro Ipiaú](#) / 14 de outubro de 2020 às 06:53



Foto: Divulgação/SSP

Uma organização criminoso que chegou a R\$ 75 milhões em dívidas tributárias com o fisco baiano é alvo nesta quarta-feira (14) de uma operação que busca cumprir oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão. Batizada de Operação Hidra, a ação conta com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), Ministério Público e **Sefaz**. Os mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Segundo a investigação, a organização atua no comércio atacadista de alimentos e pescados e utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, que existem só para emitir notas frias, entre outros métodos de evasão e sonegação fiscal.

A Sefaz recebeu denúncias sobre a ação do grupo e começou a apurar. Em dez anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas sob comando de um empresário e do sobrinho dele, que eram sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, usando familiares, empregados e outros

terceiros para aumentar os negócios. Essas empresas passaram por fiscalizações que resultaram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Mas assim que essas empresas devedoras saiam de atividade surgiam outras que seguiam nas mesmas práticas criminosas. *Com informações do CORREIO

Operação contra fraudes fiscais cumpre oito mandados de prisão e 19 busca e apreensão em 4 cidades da Bahia

14 de outubro de 2020



A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) cumpre oito mandados de prisão e outros 19 de busca e apreensão em uma operação contra fraudes fiscais, na manhã desta quarta-feira (14). Os mandados são cumpridos em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos.

Segundo a SSP, o alvo da operação é um grupo de comércio atacadista de alimentos e pescados, que utilizava laranjas em simulações de contratos sociais. As investigações apontam que a organização criminosa acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias.

A operação também cumpre mandados no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina. Ainda de acordo com a SSP, a organização criminosa também fazia compra em nomes de terceiros e empresas criadas apenas para emitir notas fiscais frias, além de outras fraudes, como evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram depois que a Secretaria da Fazenda da Bahia recebeu denúncias das fraudes. A SSP detalhou que o grupo agia há pelo menos 10 anos e que constituiu mais de 15 empresas, com um empresário e seu sobrinho atuando como sócios ocultos.

Ainda conforme a Secretaria de Segurança, esses dois homens usavam familiares, empregados e outras pessoas para expandir o negócio. As empresas citadas pela SSP passaram por fiscalização, e a prática de sonegação fiscal foi encontrada.

Com o valor gerado pela sonegação fiscal, o grupo criminoso adquiriu automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. A Justiça determinou que todos os bens identificados sejam sequestrados, para que haja ressarcimento aos cofres públicos.

A operação foi denominada Hidra e teve apoio do Ministério Público da Bahia (MP-BA), da Sefaz, e de equipes do Departamento de Polícia do Interior (Depin) e da Coordenação de Operações Especiais (COE). G1

Veículo: Site P Notícias	Caderno:
Data: 14/10/2020	Página:

PNOTÍCIAS

Operação conjunta em Salvador combate organização do ramo atacadista com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias

14 de Outubro de 2020 às 07h05 - Por: Redação PNotícias



Foto: Divulgação // Ascom - SSP-BA

[Operação conjunta em Salvador combate organização do ramo atacadista com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias]

Operação cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) deflagraram uma operação contra uma organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados, na manhã desta quarta-feira (14). A estimativa é de que a organização acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano.

Intitulada como Hidra, a operação cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além da cidade de Itajaí, em Santa Catarina.

Segundo informações da força-tarefa, a organização alvo da operação utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) identificou a fraude.

Prática

Segundo MP-BA, a organização, em dez anos, constituiu mais de 15 empresas, que um empresário e seu sobrinho comandavam. Eles atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para que o negócio crescesse.

As empresas passaram por fiscalizações que geraram na lavratura de autos de infração em razão de prática de sonegação fiscal. Em nota, o MP-BA explicou: “Na medida em que as empresas devedoras tiveram suas atividades paralisadas, surgiram outras que deram continuidade aos negócios, com as mesmas práticas delituosas”.

Com a prática, o grupo conseguiu obter automóveis de luxo, imóveis, lanchas e motos aquáticas. Todos os bens identificados até o momento foram objeto de sequestro já determinado pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento aos cofres públicos.

Força-tarefa

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz, e pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) atuam na força da tarefa.

A operação é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP-BA, a Sefaz-BA e a SSP-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

A TARDE

CURTAS

Exportações caem 12% em São Paulo

As exportações do estado de São Paulo registraram queda de 12,1% nos primeiros nove meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2019. Segundo balanço divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as vendas para o exterior no estado totalizaram US\$ 33,9 bilhões de janeiro a setembro deste ano. As importações paulistas tiveram retração de 15,9% no período, totalizando US\$ 37,8 bilhões.

Mercado projeta inflação maior

O mercado elevou a expectativa para a inflação em 2020 a nível próximo ao patamar mínimo do intervalo da meta do Banco Central (BC) e aumentou também a projeção para a inflação do ano que vem, mostrou o relatório Focus divulgado hoje. A mediana das projeções colhidas pelo BC junto a cerca de 100 instituições aponta agora para um IPCA de 2,47% este ano e de 3,02% em 2021. Semana passada, estimativas eram de 2,12% e 3,00%, respectivamente.

A TARDE

Caixa amplia para 35% margem de consignado para aposentados

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal ampliou de 30% para até 35% a margem consignável dos empréstimos que podem ser obtidos por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O novo limite vale até o fim do ano, quando se encerra o período de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-10, tanto para novos contratos como para renovações.

De acordo com o banco, as taxas cobradas variam entre 1,34% e 1,50% por um prazo de até 84 parcelas. "Além de ampliar o percentual de comprometimento de renda destinado a empréstimos, a medida destina um percentual de até 5% do total do valor do benefício para saques ou pagamento da fatura do cartão de crédito, totalizando 40%", informou a Caixa, em nota.

No caso de novos contratos, renovações ou portabilidade de outros bancos, é possível usar prazo de carência de até 90 dias para começar a pagar as prestações.

Renovação

"O prazo do contrato original também pode ser aumentado na renovação, seja para diminuir o valor das parcelas mensais ou para aumentar o valor do crédito a receber", acrescenta o banco, ao lembrar que aposentados e pensionistas que

têm o empréstimo consignado contratado em outro banco podem solicitar a portabilidade da operação de crédito.

Com a nova margem, um beneficiado que recebe R\$ 2 mil mensais pelo INSS e podia obter empréstimo de até R\$ 29,6 mil, com a margem consignável em 30%, passa a poder contratar empréstimos de até R\$ 34,5 mil, com a nova margem (35%). Para os que recebem benefício de R\$ 5 mil, o valor do empréstimo passa de R\$ 68,5 mil para R\$ 79,9 mil.

Plataformas

A contratação ou renovação de empréstimo consignado pode ser feita por meio de algumas plataformas disponibilizadas pela Caixa, entre as quais a Plataforma Agora SIM; o Internet Banking; e o correspondente Caixa Aqui Negocial. A operação pode ser feita também nas agências da Caixa e de seus canais de autoatendimento.

As taxas cobradas variam entre 1,34% e 1,50% por um prazo de até 84 meses

A TARDE

ENCONTRO A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que a parceria entre os dois blocos não representa uma ameaça à preservação ambiental

Brasil defende acordo entre Mercosul e União Europeia

Marcelo Camargo / Agência Brasil / 6.8.2019

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu, durante seminário em Lisboa, a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia, tratado de livre comércio entre os dois blocos. Para ela, o acordo não representa ameaça à preservação ambiental.

"É preciso dizer que o acordo não representa qualquer ameaça ao meio ambiente, à saúde humana e aos direitos sociais. Ao contrário, reforça compromissos multilaterais e agrega as melhores práticas na matéria", disse.

Tereza Cristina afirmou ainda que, apesar de a produção de grãos ter crescido 425% desde a década de 70, a área plantada aumentou somente 43% – apenas 30% de seu território para a agropecuária, mantendo mais de 60% com vegetação nativa.

"Estima-se que cerca de 25% da área preservada se encontra em propriedades privadas, algo sem paralelo em outros países do mundo, pois se trata de terreno que o proprietário não recebe para preservar. É apenas uma obrigação legal", acrescentou.

Implementação

A implementação do Acordo Mercosul-União Europeia foi defendida ainda pela ministra da Agricultura de Portugal, Maria do Céu Antunes, que também participou do encontro. Aprovado em junho do ano passado, o acordo precisa ser ratificado pela maioria do Parlamento Europeu e, em seguida, pelos parlamentos nacionais europeus e pelos parlamentos do Brasil, da Argentina, do



Tereza Cristina esteve em Lisboa para participar do Seminário Portugal-Brasil

Paraguai e do Uruguai.

"Continuamos empenhados para que rapidamente este acordo possa ser posto em prática", afirmou Maria do Céu ao participar do Seminário Portugal-Brasil: Oportunidades de Negócio no Setor Agroalimentar.

Segundo Maria do Céu Antunes, além de melhorar os negócios entre os países do bloco, com maior previsibilidade e transparência de regras, o acordo vai permitir o desenvolvimento sustentável.

"Permitirá ainda, e para nós isso é muito importante,

um compromisso de todas as partes com os objetivos de desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e da biodiversidade e o respeito pelos direitos laborais e sociais", disse a ministra portuguesa.

Parceria

A União Europeia é o segundo parceiro comercial mais importante do Mercosul, atrás apenas da China. Entretanto, a ratificação do acordo tem sofrido resistência por integrantes do bloco Parlamento Europeu, que criticam a atuação do governo em relação à

política ambiental.

Na semana passada, os parlamentares aprovaram por 345 votos a favor, 295 contra e 56 abstenções uma resolução pedindo mudanças na agenda ambiental de países do Mercosul, para que o acordo possa ser ratificado.

"O acordo contém um capítulo vinculativo sobre o desenvolvimento sustentável que deve ser aplicado, implementado e totalmente avaliado, incluindo a implementação do Acordo de Paris sobre o clima e as respectivas normas de execução", diz a resolução.

Veículo: Correio

Data: 14/10/2020

Caderno:

Página:

Correio*

Com o anúncio da decisão governamental de vender o terreno do Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador, situado na Av. Luís Viana (Paralela), em frente ao importante Terminal de Integração de Mussurunga (metrô-ônibus) e próximo ao aeroporto internacional, deflagrou-se um debate sobre a importância ou não da Capital conter um parque agropecuário.

O atual Parque de Exposições, com área de 400.000m², foi implantado em 1978, no governo Roberto Santos, para compensar a destinação do antigo Parque Garcia D'Ávila ao Campus da UFBA em Ondina. Aí se realizam importantes eventos de interesse da economia baiana, em especial a FENAGRO, uma das mais destacadas feiras agropecuárias do país.

A grande extensão da área destinada ao Parque já previa futuras expansões. Não se trata, portanto, de falar em ociosidade ou subutilização, mas em planejamento descontinuado. Nem por isto a área deixou de se impor como local para a realização de vários eventos, de natureza diversa, tendo se tornado um endereço de referência em nossa Cidade. Aí já foram realizadas, anualmente, a Feira dos Municípios, o "Arará da Capitã" e o Festival de

Verão, todos com enorme movimentação de público.

É indiscutível que Salvador precisa de um Parque de Exposições Agropecuárias pela importância desse segmento na economia baiana sendo a Capital, em nosso Estado, o principal ponto de referência para o intercâmbio de experiências e inovações. Apesar da vasta extensão territorial, somos um estado importador de carne, leite e derivados, demandando a pecuária um amplo programa de fomento à sua expansão e qualificação, isto sim indispensável. Para tanto, o Parque de Exposições constitui um importante ponto de apoio.

Artigo Waldeck Ornélas

Parque de Exposições, espaço público

É indiscutível que Salvador precisa de um Parque de Exposições Agropecuárias pela importância desse segmento na economia baiana

Mas Salvador é, também, um efervescente centro cultural e festivo, sendo uma cidade vocacionada para a realização de grandes eventos, caracterizados pela elevada participação popular. Reconhecida pela UNESCO como Cidade da Música, título ainda agora renovado, Salvador tem carência explícita de um espaço aberto para a realização de shows musicais. Não

por acaso, o próprio parque de exposições, assim como o antigo wet'n wild têm sido improvisados como área para esse tipo de evento, realizados sem a infraestrutura adequada e sem que o Estado e a Cidade se beneficiem do potencial de geração de trabalho e renda e das sinergias com outras atividades.

Visualizando a importância do equipamento e seu espaço, o PDDU de Salvador o tratou como zona de uso especial, permitindo flexibilidade nos parâmetros urbanísticos, a serem aprovados em face de plano diretor específico, haja vista a importância de preservar esse es-

tratégico espaço público na zona Norte da Cidade.

Se o problema do Estado é fazer dinheiro, para isto não precisa se desfazer do Parque de Exposições, nem privar a cidade de um importante espaço público. Ao contrário, a clara demanda por espaço aberto apropriado para a realização de grandes eventos, especialmente musicais, indica a necessidade e oportunidade de criar na cidade um equipamento multifuncional compatível - em dimensão e qualidade - com o porte e a natureza metropolitana de Salvador. O atual Parque de Exposições deve ser esse equipamento, transformado em um ambiente moderno, diferenciado, singular e completo, destinado a múltiplos usos públicos coletivos, dando origem ao Centro Garcia d'Ávila de Exposições, Feiras e Eventos, com implantação pela iniciativa privada e remuneração ao Estado.

Pura e simplesmente torrar nos cobres o terreno do parque, ainda mais para financiar a controversa e insustentável ponte Salvador-Itaparica é a pior das soluções, porque em um só ato causa dois grandes danos à Cidade.

WALDECK ORNÉLAS É ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL E EX-SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA.

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

Veículo: Correio
Data: 14/10/2020

Caderno:
Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br @satellite

Qual seria o projeto de interesse público para o imóvel que retira as federações esportivas do espaço? Peço que o governo explique qual destino dará a elas. Vai apenas jogá-las na rua? Téo Senna

Vereador pelo PSDB de Salvador, sobre a ordem para que as entidades desocupem, até o fim de novembro, o Palácio dos Esportes, prédio situado na Praça Castro Alves que pertence ao governo do estado

Inteligência pararela

Análise de smartphones apreendidos pela Polícia Federal (PF) em endereços de alvos da Operação Faroeste revela que a equipe de segurança do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) foi usada para monitorar adversários de integrantes do esquema de grilagem e venda de sentenças. Em mensagem enviada por WhatsApp em 25 de setembro do ano passado, um oficial da Polícia Militar lotado na área de segurança institucional do TJ informa a juíza Marivalda Moutinho, afastada do cargo e ré em ação penal movida pela Faroeste no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre a presença do ex-prefeito de Formosa do Rio Preto Domingos Bispo, rival do ex-borracheiro José Valter Dias na disputa por 360 mil hectares no Oeste baiano, caso que deu origem à operação.

INIMIGO VIGIADO

"Ele (o militar) envia à investigada a mensagem de que Domingos Bispo estaria no Tribunal de Justiça e que estaria sendo monitorado, enviando sua localização e as imagens de câmera de segurança", destaca o relatório da PF, encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Imagem e ação

No documento, ao qual a Satélite teve acesso, consta um print das mensagens achadas no celular da juíza. Nelas, o oficial da PM informa todos os passos de Domingos Bispo no TJ, com respectivas imagens. Uma hora e meia depois, o militar alerta Marivalda Moutinho de que o ex-prefeito saiu do tribunal rumo a um ponto de ônibus. À época, Bispo havia pedido a suspeição da magistrada para atuar nos processos sobre a posse das terras.

Redução de danos

Disposto a refazer a imagem arranhada por escândalos, o Grupo JBS já destinou R\$ 15 milhões à Bahia em doação de equipamentos hospitalares, ambulâncias, álcool em gel, luvas, máscaras e materiais para enfrentar a covid. Ao todo, foram R\$ 10 milhões repassados ao governo do estado e o restante para 12 prefeituras baianas.

Novo Carmo

A empresa baiana Evolution foi liberada pela Secretaria Nacional de Cultura a captar R\$ 31,2 milhões para restaurar o Convento e o Museu do Carmo, no Centro Histórico da capital. O projeto inclui ainda área de eventos culturais e privados.

Pé embaixo

Em visita às BRs baianas anteontem, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, se mostrou surpreso com o avanço das obras na 101. A comitiva de políticos que o acompanharam, disse que, se não faltar recurso, a duplicação da rodovia chegará a Alagoinhas em 2021. O mesmo cenário, destacou Freitas, vale para a 116, que poderá ser duplicada até Santa Bárbara em prazo semelhante.

De rolê

Avisado pelo deputado João Roma (Republicanos) sobre a fama dos requeijões de Santa Bárbara, o ministro esticou a viagem para comprar o produto na cidade, onde foi tratado com festa ao ser reconhecido. Freitas ainda recusou convites de políticos e empresários para cumprir a promessa de almoçar no restaurante de um caminhoneiro em Itatim, na BR-116.

Gerente do Sebrae defende novo Refis

MICROEMPRESAS E MEIS O gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Silas Santiago, defendeu ontem a criação de um projeto que suspende o pagamento de tributos para esse segmento e outro que prevê um parcelamento especial de débitos relativos a impostos (Refis do Simples Nacional). Para ele, embora as micro e pequenas empresas brasileiras tenham começado a se recuperar da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, a situação delas continua "crítica".

As declarações, reproduzidas pelo portal G1, foram dadas por Santiago durante audiência pública da comissão especial do Congresso Nacional que acompanha as medidas de enfrentamento da covid-19. De

105 bilhões de reais é a soma das dívidas de micro e pequenas empresas brasileiras segundo Silas Santiago

acordo com ele, as empresas estão há quase cinco meses faturando menos da metade de antes da pandemia e, por isso, os débitos estão se acumulando ao mesmo tempo em que as medidas emergenciais, anunciadas pelos governos, estão chegando ao fim. "A retomada não está se dando de forma homogênea, tanto em regiões quanto em setores. A situação não está boa ainda. Há um risco de segunda onda de fechamento de empresas", disse.

Ele apontou que existem atualmente R\$ 105 bilhões em débitos acumulados pelas micro e pequenas empresas e que, por isso, é preciso a aprovação de três projetos: o PLP 200, que isenta os pequenos empresários da cobrança dos tributos incluídos no Simples Nacional; o PLP 224, que Institui o Programa de Renegociação Extraordinária de Dívidas do

Simples Nacional (PREX-SN), com a finalidade de regularizar débitos apurados no Simples Nacional de microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte vencidos até 30 de setembro de 2020; e o Marco legal do empreendedorismo, que prevê regime tributário simplificado e linhas de crédito específicas para as empresas inovadoras.

"Hoje, temos a partir de outubro, dois pagamentos mensais acumulados [impostos atrasados e os tributos do mês em questão]. As empresas estão em dificuldades, por causa da pandemia, o faturamento não retornou ainda, e por isso é que temos de aprovar os PLPs 200 e 224 que tratam do Refis e da moratória, sem contar o reforço dos recursos do Pronampe para efeitos de crédito", disse Santiago.

APPLE LANÇA PRIMEIRO SMARTPHONE 5G

IPHONE 12 A Apple anunciou ontem o iPhone 12, smartphone que chega ainda nas versões 12 mini, 12 Pro e 12 Pro Max. A grande novidade é a evolução na conexão: essa é a primeira linha de iPhones habilitados para o 5G. Os novos aparelhos contam, além da velocidade de conexão, com telas quatro vezes mais resistentes a quedas, modo noturno em todas as câmeras, carregamento wireless e novo processador A14 Bionic, 50% mais veloz que os demais smartphones.

FMI QUER IMPOSTO MAIOR PARA OS RICOS

PROJEÇÃO O FMI (Fundo Monetário Internacional) melhorou ontem as projeções para a economia global para 2020, para um queda de 4% (era de ,2% em junho). Alertando para o crescimento da extrema pobreza, o fundo defendeu que os governos aumentem a progressividade de suas cargas tributárias (cobrar mais impostos dos ricos) como uma forma de lidar com o crescimento do endividamento público, resultado das medidas de resposta à pandemia.

Veículo: Correio

Caderno:

Data: 14/10/2020

Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O compadrismo e os outros erros

O Brasil está em emergência ambiental. Não são focos em alguns biomas, é o país em chamas. A seca é uma das causas, mas o principal fator são os erros do ministro do Meio Ambiente. Ricardo Salles é um desmatador de aluguel. O mandante é o presidente da República. O vice-presidente, Hamilton Mourão, não nos deixa esquecer o lado perverso dos militares que voltaram ao poder com Jair Bolsonaro e repete a defesa do mais notório torturador brasileiro. O episódio da indicação de Kassio Nunes exibiu novos flagrantes da inaceitável promiscuidade do poder em Brasília.

Quem se afasta um pouco dos acontecimentos consegue ver com mais acuidade o quanto a democracia brasileira está disfuncional. Os que têm posição de poder no Brasil afrontam os princípios que deveriam seguir pela posição que ocupam.

Ministro do Meio Ambiente tem que respeitar o motivo pelo qual o Ministério foi criado. Não foi para desproteger manguezais e restingas, não foi para ameaçar a biodiversidade. E é o que Salles faz de forma acintosa. E ainda ofende quem se mobiliza para corrigir os estragos que ele espalha pela natureza, como o

produto químico que mandou jogar no Pantanal. Salles segue uma agenda. A da destruição ambiental. Ele deliberadamente retirou a representatividade do Conama. Agora o conselho, passivo, referenda seus desatinos.

Salles não é um problema isolado, uma peça que, se sair, ficará tudo resolvido. Deve ser demitido porque é pessoalmente delatário, mas é bom sempre ter em mente que esse é o projeto. Ele é defendido pelos generais que estão no governo, pelo presidente que o nomeou e é acobertado pelo silêncio dos outros ministros.

A entrevista concedida pelo vice-presidente Hamilton Mourão a Tim Sebastian da Deutsche Welle não surpreende quem acompanhou suas declarações durante a campanha. Numa en-

trevista conduzida por mim na Globonews, em 2018, lembrei ao então candidato que Carlos Alberto Brilhante Ustra era comandante do Doi-Codi quando mais de 40 pessoas morreram sob tortura. Quis saber se mesmo assim ele o considerava herói. E ele respondeu: "Heróis matam". O papel do jornalista em entrevistas como essa é o de permitir que se revele o caráter do candidato. Isso ficou claro naquela entrevista. Agora ele confirma. O presidente e o vice-presidente do Brasil definem como herói quem, acusado por várias vítimas, foi condenado pelo comportamento repugnante de submeter adversários políticos a sofrimento extremo, levando alguns à morte, quando eles estavam presos e sob a custódia do Estado. Mourão disse ao jor-

nalista alemão que quando todas as pessoas envolvidas "desaparecerem" poderá ser feita a análise desse caso. E ainda afirmou que Ustra respeitava os direitos humanos "dos seus subordinados".

Bolsonaro sempre fez apologia da tortura e dos atos mais violentos da ditadura, mas ele ficou apenas 11 anos no Exército, saiu como oficial de baixa patente e pela porta dos fundos. Mourão cumpriu toda a carreira no Exército e saiu com quatro estrelas. Ainda assim – e mesmo agora – defende um notório torturador e acha que isso só poderá ser analisado quando "desaparecerem" todos os que querem "colocar as coisas como eles viram". Os torturados não apenas viram, sentiram as dores da tortura em prédios das For-

ças Armadas. Muitos nada podem contar porque foram mortos. Se o Exército não é capaz de reavaliar esses atos hediondos, quase 50 anos depois de cometidos, infelizmente, os está legitimando.

Há agora erros novos acontecendo diante de nós. A escolha de Kassio Nunes não foi apenas pelo currículo – que aliás já mostrou inconsistências – mas porque tomou tubaina com o presidente, segundo exposição de motivos apresentada pelo próprio Bolsonaro. O encontro na casa de Dias Toffoli mostrou diversos inconvenientes. Aquele abraço entre ele e Bolsonaro mostra que Toffoli não entendeu até hoje o principal sobre o cargo que ocupa. Bolsonaro é investigado pelo Supremo, Toffoli tomou decisão que beneficiou o filho do presidente, o mesmo filho que sugeriu o nome do desembargador. O Senado vai avaliar a indicação, por isso o presidente do Senado não poderia estar ali. O encontro mostrou que todos os envolvidos não sabem a diferença entre o bom relacionamento institucional e o compadrismo.

A natureza está em chamas, Brasília tem cenas explícitas de compadrismo, e o vice-presidente defende torturador

MAIA COGITA VOTAR REFORMA TRIBUTÁRIA ATÉ PRIMEIRO TURNO

SE TEXTO FICAR PRONTO O presidente da Câmara Federação, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), calcula que será possível votar a reforma tributária no plenário da Casa ainda esse ano se houver um texto acordado entre os deputados e o governo até o final do primeiro turno das eleições municipais. Em entrevista à rádio CNN, Maia reiterou que a "prioridade das prioridades" é votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece medidas de ajuste fiscal e controle das despesas. Ele, porém, não descartou avançar ainda em 2020 no texto da tributária que está sendo construído pela comissão mista, com o objetivo de unificar as propostas da Câmara (PEC 45), do Senado (PEC 110) e o projeto da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) enviado pelo governo.

Fábio Vilas-Boas diz que pediu à Justiça Eleitoral a suspensão de eventos como carreatas e caminhadas, que naturalmente geram aglomerações

Os municípios estão procurando colocar para debaixo do tapete os casos que estão acontecendo. Fábio Vilas-Boas, secretário estadual da Saúde



MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO

Eleição atrapalha ações contra a covid no interior

Secretário estadual da Saúde diz que prefeitos se recusam a testar população temendo efeito político

Carol Neves
REPORTAGEM
caroline.neves@reddebahia.com.br

O secretário estadual da Saúde Fábio Vilas-Boas afirmou que há dificuldade em reduzir os casos de covid-19 no interior da Bahia pois alguns prefeitos estão se recusando a testar a população temendo que um aumento de casos tenha efeitos políticos. Ele não citou cidades específicas.

"Dezenas de municípios estão se recusando a testar a população, com medo de aparecerem casos e isso ter impacto eleitoral. Isso é extremamente grave", afirmou. "Estamos ficando no pé. Estamos oferecendo uma capacidade de 5 mil exames por dia no Lacen e estamos processando menos da metade. Isso porque os municípios ativamente estão procurando colocar para debaixo do tapete os casos que estão acontecendo. Precisamos da parceria dos municípios e em alguns casos não estamos conseguindo", completou. As afirmações do secretário foram dadas em entrevista à TV Bahia na manhã de ontem.

Procurado pelo CORREIO, ele preferiu não expor em que municípios tem encontrado esse

tipo de resistência. A reportagem também procurou a União dos Municípios da Bahia (UPB), que garantiu repassar às prefeituras todas as informações sobre decretos e recomendações das autoridades sanitárias. A entidade disse não ter conhecimento da situação exposta pelo secretário e que não atua como órgão fiscalizador.

CAMPANHA

Segundo Vilas-Boas afirmou na entrevista, a situação relatada por ele - de dificuldade para a testagem da população - é causada pelas eleições municipais. A votação acontece em novembro e os eventos de campanha têm gerado aglomerações pelo interior. "Estamos recebendo pedidos de socorro de secretários de dezenas de municípios do interior no estado. Tenho recebido vídeos de aglomerações eleitorais, caminhadas misturadas com carreatas, pessoas sem máscara, bebendo latinha de cerveja, pulando atrás de mini trôs. Isso é algo sistemático que está acontecendo no interior", disse.

Ele citou uma reunião que fez na secretaria para elaborar uma recomendação para que a Justiça Eleitoral proíba comícios e caminhadas políticas como forma de evitar o crescimento de novos casos do novo coronavírus no pe-

ríodo eleitoral. Uma preocupação é o uso de paredes (carros equipados com potente equipamento de som) para dar ar festivo a este tipo de evento, atraindo um grande número de pessoas. Em Igrapiúna a inauguração de um comitê reuniu milhares de pessoas que dançavam próximas uma das outras repetindo o clima de uma micareta. Em Fátima, durante uma carreata, uma piscina foi improvisada em cima de um caminhão para ser usada pelos apoiadores do candidato.

Ainda sobre o interior do estado, Vilas-Boas afirmou: "estamos observando uma desaceleração do processo de queda das taxas de internação no interior. Nós estamos atingindo um platô, não conseguimos reduzir os números em várias regiões do interior abaixo de 70%, principalmente no sul e no sudoeste. Isso significa que outras pessoas estão se contaminando e nós estamos trabalhando de forma ativa para poder reverter as principais causas responsáveis por isso".

APELO

Comparando o interior com a capital, o secretário voltou a enfatizar o papel da campanha eleitoral no surgimento de novos casos. "Salvador a gente caiu abaixo de 50%, começamos a desativar leitos. No interior não estamos conseguindo fazer isso, e está muito ligado ao processo eleitoral, com diversos eventos acontecendo em todos municípios da Bahia", complementou.

Questionado sobre um aumento de ocupação nos leitos de hospitais privados de Salvador por pacientes com covid-19 e se isso teria relação com a abertura das praias, Vilas-Boas afirmou que não (ver matéria na página 14).

Segundo ele, as praias frequentadas mesmo durante períodos de proibição em Salvador não são um problema tão grave. "A questão de se ocupar faixa (de areia) da praia é menos importante do que está acontecendo nos municípios (do interior)", disse. "Estamos muito preocupados (com cidades do interior), espero que a justiça (eleitoral) saia com determinação proibindo essas aglomerações".

O secretário fez um apelo para que a população se atente para as regras a serem seguidas nesse momento. "Nós, como sociedade, na Bahia, fomos muito eficientes no processo de fechamento, no 'Fique em Casa'. Fizemos bem e demos exemplo para o Brasil e para o mundo", afirmou, para em seguida completar: "Mas não estamos conseguindo fazer a flexibilização da forma que tem que ser feita. Precisamos voltar à vida quase normal, mas isso precisa ser feito com regras, seguindo protocolos, caso contrário vamos ter que voltar ao que aconteceu seis meses atrás".

CIDADES COM MAIOR AUMENTO DE CASOS NOS ÚLTIMOS 5 DIAS:

● **Ibitiara**
84%

● **Abaíra**
52,38%

● **Barra do Estiva**
38,10%

● **Sítio do Mato**
23,53%

● **Ubaíra**
22,34%

● **Barro Alto** 21,74%

● **Jussiape**
19,23%

● **Mortugaba** 19,23%

● **Planaltino** 19,05%

● **Jaborandi** 18,79%

● **Ibipitanga** 17,44%

Fonte: Sistema epidemiológico estadual/Secst

Contrato da ponte será assinado em novembro

BERNARDO REGO
ESTAGIÁRIO

A obra da ponte Salvador- Itaparica se arrasta há décadas pode estar perto de sair do papel. A assinatura do contrato de licitação estava marcada para fevereiro, mas foi adiada duas vezes em virtude da pandemia do novo coronavírus. Essa obra vai facilitar bastante o trajeto que dura cerca de 1h via ferry boat. O vice-governador da Bahia, João Leão, confirmou ao Tribuna da Bahia que a assinatura do contrato que permite a construção da ponte vai acontecer no dia 20 de novembro.

"Acertamos isso com os chineses para fazer a assinatura agora em novembro no dia 20. A obra vai gerar cerca de três mil empregos diretos que vai impulsionar a economia do estado e de vários municípios da Bahia como Salvador, Itaparica e Mar Grande. Nós não demos nenhuma isenção de impostos à empresa chinesa, desta forma teremos uma arrecadação considerável principalmente através do ICMS. Além disso, haverá uma ligação de várias vias como a BR-001, BR-324 e a Via Expressa. Serão construídos túneis que facilitarão o

acesso à ponte", destacou o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão. Segundo ele, a obra deve ficar pronta antes do prazo previsto. "Acreditamos receber essa estrutura em quatro anos porque a montagem é rápida", destacou.

As obras da Ponte Salvador-Itaparica fazem parte do projeto do Sistema Viário Oeste (SVO), cuja construção será possível graças à parceria público-privada (PPP), cujo orçamento é de R\$ 5,34 bilhões, com aporte de R\$ 1,51 bilhão do Estado. A concessão do projeto executado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) será de 35 anos. O SVO beneficiará 10 milhões de pessoas, que vivem em cerca de 250 municípios baianos. A ponte terá 12,4 km de extensão, saindo do bairro do Comércio (Cidade Baixa), em Salvador, até a região de Gameleira, na Ilha (Vera Cruz).

Além da construção da ponte, a concessão contempla um conjunto de obras rodoviárias tais como a construção do trecho entre a cabeceira da ponte na ilha e o entroncamento com a BA 001; requalificação da rodovia BA 001, no trecho urbaniza-



SALVADOR/ITAPARICA

Obra vai gerar em torno de três mil empregos

do de Mar Grande, que passará a ter caráter de avenida urbana de velocidade média; a construção do desvio de Mar Grande; e, ainda, a duplicação da BA 001, em trecho não urbanizado em Vera Cruz, entre a Ponte do Funil e o desvio de Mar Grande.

A travessia vai conter uma praça de pedágio onde os carros e passeio terão que pagar R\$ 45 e as motos R\$ 22,50. O preço cai pela metade se for um bate e volta, ou seja, se o retorno for em até 24h. Ônibus com ar condicionado vão levar passageiros de uma ponta à outra da ponte. As passagens vão custar R\$ 5. Já os cami-

nhões leves terão que pagar R\$ 70 e os pesados R\$ 110.

Até o momento, não há previsão de recursos federais para execução do projeto. Todo projeto está orçado em cerca de R\$ 7,6 bilhões. A ponte será a segunda maior da América Latina e ocupará a 23ª posição no ranking mundial.

Atualmente, a travessia para Itaparica é feita através de ferry-boat, no Terminal de São Joaquim e pelas lanchas rápidas no Terminal Náutico, ambos em Salvador. Outra opção de quem quer chegar à Ilha é usar a BR-324 e ir no sentido Recôncavo Baiano.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
quarta-feira, 14 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

FORÇA TAREFA FAZ OPERAÇÃO CONTRA SONEGAÇÃO FISCAL BAHIA R\$78 MILHÕES

Está acontecendo nesta quarta-feira 14

Tasso Franco , da redação em Salvador | 14/10/2020 às 09:27



Acontece nesta quarta

Foto: SSP

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP) deflagraram, na manhã desta quarta-feira, 14, uma operação que tem como alvo uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano. A operação Hydra cumpre oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, além da cidade de Itajaí (SC).

Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador. Informações iniciais dão conta que o empresário Luiz Paulo Dantas Monteiro foi preso em Praia do Forte, no município de Mata de São João, no litoral norte.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas "noteiras", constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

As investigações começaram após a Sefaz receber denúncias sobre as práticas fraudulentas. Ainda segundo a força-tarefa, em 10 anos, o grupo constituiu mais de 15 empresas, tendo à frente um empresário e seu sobrinho, que atuaram como sócios ocultos nos empreendimentos comerciais, utilizando familiares, empregados e terceiros para expandir os negócios.

Força-tarefa

Atuam na força-tarefa o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz, e pela Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap). O trabalho é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP-BA, a Sefaz-BA e a SSP-BA, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

quarta-feira, 14 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

SEFAZ USA NOVAS TECNOLOGIAS NA COBRANÇA DE ICMS E RECUPERA R\$681.1 MIL

Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

Tasso Franco , da redação em Salvador | 13/10/2020 às 18:24



Sistema computadorizados permite melhor cruzamento de dados

Foto: SEFAZ

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em

que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=128674>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

FORÇA TAREFA FAZ OPERAÇÃO CONTRA SONEGAÇÃO FISCAL BAHIA R\$78 MILHÕES

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/14/forca-tarefa-faz-operacao-contra-sonegacao-fiscal-bahia-r78-milhoes,128684,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/12/ministro-inaugura-9-km-da-duplicacao-br-116-entre-feira-e-serrinha,128652,0.html>)

MINISTRO INAUGURA 9 KM DA DUPLICAÇÃO BR-116 ENTRE FEIRA E SERRINHA

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/12/ministro-inaugura-9-km-da-duplicacao-br-116-entre-feira-e-serrinha,128652,0.html>)

mercado

Cúpula da Economia acumula cargos e tem salários inflados

Com gratificações e benefícios, contracheques superam teto do funcionalismo, de R\$ 39,3 mil, defendido pela pasta

Thiago Resende

BRASÍLIA Defensores das reformas e corte de despesas, integrantes da cúpula do Ministério da Economia acumulam cargos em estatais e, assim, elevam o contracheque. Alguns recebem mais que o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil).

Isso é possível por meio do pagamento de jetons (remuneração paga àqueles que participam das reuniões de conselhos de estatais).

Como os jetons não são considerados salário, não entram no limite máximo que um funcionário público federal pode receber, equivalente ao salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

O governo apresentou ao Congresso, no início de setembro, uma proposta de reformulação do serviço público, com o objetivo de modernizar a máquina pública e reduzir os gastos com pessoal. O crescimento dessas despesas reduz a margem do Orçamento para investimentos e programas sociais.

Mas o projeto de reforma administrativa não altera as regras para os atuais servidores e, mesmo para aqueles que ainda vão ingressar no funcionalismo, a proposta não mexe com o recebimento de honorários por participação em conselhos de empresas públicas.

O ministro Paulo Guedes (Economia) não recebe jetons. Pelo cargo que ocupa, ele recebe um salário bruto de R\$ 30,9 mil por mês — menos que alguns servidores da área econômica no topo da carreira.

Mas é ampla a lista de membros do alto escalão do Ministério da Economia pasta que recebem jetons.

Número dois da pasta, o secretário-executivo, Marcelo Guarany, por exemplo, recebe um salário bruto de R\$ 37,8 mil, além de R\$ 7.000 de jetons da PPSA, estatal que opera a parte da União no pré-sal.

Principal técnico à frente da reforma administrativa, o secretário-adjunto de Desburocratização e Gestão, Gleisson Rubin, também infla seus rendimentos com honorários. O montante já chegou a R\$ 12,5 mil da Casa da Moeda e da Fina (Agência Especial de Financiamento Industrial).

Entretanto, em março, Rubin abriu mão do cargo na Fina, mantendo os jetons da Casa da Moeda, que podem render R\$ 4,7 mil, em valores brutos. Ainda assim, o contracheque fica acima do teto do funcionalismo.

Também integram a lista os secretários George Soares (Orçamento), Waldery Rodrigues (Fazenda), Carlos da Costa (Produtividade e Emprego), Bruno Funchal (Previdência e Trabalho), Bruno Dalcolmo (Trabalho), Cristiano Rocha Heckert (Gestão), Diogo Mac Cord de Faria (Desestatização) e Martha Seillier (Programa de Parcerias de Investimentos).

Seus salários brutos variam de R\$ 15,4 mil a R\$ 37,8 mil. A renda em jetons fica entre R\$ 2.700 e R\$ 14 mil.

No início de setembro, Guedes, durante um debate sobre a reforma administrativa, defendeu que o teto do funcionalismo subisse para valorizar a meritocracia e manter bons profissionais no serviço público.

Procurados, os secretários,

Alto escalão do Ministério da Economia ganha extrateto nos salários

Lista de integrantes do alto escalão do Ministério da Economia que recebem jetons:

-  **Marcelo Guarany**
Secretário-executivo
-  **Gleisson Rubin**
Secretário-adjunto de Desburocratização e Gestão
-  **George Soares**
Secretário de Orçamento
-  **Bruno Funchal**
Secretário do Tesouro Nacional
-  **Waldery Rodrigues Junior**
Secretário especial de Fazenda
-  **Bruno Bianco**
Secretário especial de Previdência e Trabalho
-  **Bruno Dalcolmo**
Secretário de Trabalho
-  **Carlos da Costa**
Secretário especial de produtividade e emprego
-  **Cristiano Rocha Heckert**
Secretário de gestão
-  **Diogo Mac Cord de Faria**
Secretário especial de Desestatização
-  **Martha Seillier**
Secretária especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimento)



Há membros da equipe econômica com mais de um cargo em conselhos

Remuneração com jetons pode passar de R\$ 14 mil num mês

Ministros que recebem jetons

-  **Marcos Pontes**
(Ciência, Tecnologia e Inovações)
 -  **Bento Albuquerque**
(Minas e Energia)
 -  **Rogério Marinho**
(Desenvolvimento Regional)
 -  **Onyx Lorenzoni**
(Cidadania)
 -  **Tarcísio de Freitas**
(Infraestrutura)
- 350** é a quantidade de servidores que recebem jetons
- R\$ 5 mil** é o valor médio dos jetons recebidos
- Valor dos jetons
De R\$ 249,98 a R\$ 40.796,50
- R\$ 26,5 mil** é a média do salário normal desses servidores
- R\$ 21 mil** é o valor de jetons que Marinho recebeu em alguns meses

Fonte: Portal da Transparência



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Pedro Ladeira - 8.out.20/Folhapress

por meio da assessoria de imprensa do Ministério, afirmaram que a remuneração em conselhos está prevista em lei.

Os valores dos jetons são aprovados em assembleia geral das estatais, na forma de honorários, explicou a pasta.

Questionado se a prática de pagar esse extra salarial, e que em alguns casos infla o contracheque acima do teto salarial, contradiz o discurso da equipe em defesa da austeridade fiscal, a assessoria respondeu que o pagamento de jetons "é prática de mercado, seja público, seja privado, e é devido à sua responsabilidade e aos riscos do dever de diligência".

Segundo a pasta, a presença de membros que representam a União nos conselhos de administração e fiscal das estatais busca alinhar a atuação da companhia ao interesse público e garantir a governança.

O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que, ao ocupar uma cadeira nos conselhos de administração do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco do Brasil, tem uma extensa carga de trabalho adicional.

Ele recebe em valores brutos, respectivamente, R\$ 8.100,68 e R\$ 5.948,54 de jetons dessas estatais.

Segundo ele, essa remuneração está alinhada aos riscos da posição, que engloba orientações gerais dos negócios da companhia, fiscalização da gestão dos diretores e das contas, entre outras atividades.

No governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), tentou-se aprovar no Congresso proposta que delimitaria o conceito de teto salarial no serviço público. Pelo projeto, o salário bruto e os jetons não poderiam ultrapassar o limite desse teto.

Após notícias mostrando que mesmo ministros do governo Temer não seguiram a regra, o então ministro de Planejamento, Dyogo Oliveira, deixou o conselho fiscal do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Oliveira reagiu, diante da repercussão negativa, para evitar que o plano de cortar os supersalários emperrasse, mas a proposta não avançou. A medida, segundo dados apresentados na época, economizaria cerca de R\$ 1 bilhão para a União por ano.

O Ministério não respondeu se pretende rever o pagamento de jetons para evitar entraves à discussão da reforma que está na Câmara.

Até agora, o governo enviou só a primeira fase — uma PEC (proposta de emenda à Constituição) — do plano de reformulação do funcionalismo. A equipe de Guedes ainda trabalha nas demais etapas, que envolvem projetos de lei, instrumento usado por Temer para tentar criar regras efetivas para o cálculo do teto salarial do serviço público.

Jetons para 330 servidores custam mais de R\$ 1 mi ao mês

BRASÍLIA Embora pressionado pelo aumento de gastos, o governo Bolsonaro concede jetons (remuneração que fica fora do teto salarial do funcionalismo público) a mais de 330 servidores, inclusive a ministros. O gasto com esses pagamentos supera R\$ 1 milhão por mês.

O desembolso pode ultrapassar R\$ 1,6 milhão a depender da quantidade de reuniões dos conselhos de estatais. Jeton é a gratificação paga pela participação em conselhos de empresas estatais, cujo objetivo é direcionar os rumos da companhia e fiscalizá-la.

O governo tem cadeiras nessas colegiados e cabe ao ministro responsável pela área da estatal nomear os representantes. O Ministério da Economia é a pasta que con-

ta com maior número de indicados.

A Embraer chegou a pagar R\$ 40,8 mil em jetons em um único mês a um militar. O valor, em si, já supera o limite máximo que um funcionário público federal pode receber de salário bruto.

Bancos estatais, como BNDES e Banco do Brasil, e Petrobras, o Sesc (Serviço Social do Comércio), o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e a Infraero estão entre as empresas e entidades que mais pagam pela participação em reuniões de conselho.

Como os jetons não são considerados salário, eles não entram na conta do teto, equivalente ao salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em média, esses servidores têm um salário bruto de R\$ 26,5 mil por mês. Com jetons, conseguem, em média, elevar a renda em R\$ 5.000.

Alguns recebem esses honorários todos os meses. Em outros casos, o pagamento é esporádico — depende das reuniões dos conselhos.

No Portal da Transparência, é possível verificar o holerite de 327 servidores beneficiados pelas gratificações. Entretanto, a lista é maior.

Outros recebem jetons, mas, por serem vinculados a empresas de economia mista (parceria entre a União e entes privados), os salários não são publicados no portal do governo federal. A Folha encontrou pelos mais 20 servidores nessa situação.

É comum que cargos em conselhos de estatais sejam usados para atrair profissionais da iniciativa privada, onde podem ganhar mais que o valor pago pelo serviço público a quem ocupa vagas de direção e assessoramento.

Há posições de assessoramento que não precisam de concurso público e, portanto, são abertas a técnicos que atuam em empresas privadas. A remuneração máxima, nesses casos, é de aproximadamente R\$ 17 mil por mês.

Por isso, com a gratificação de conselhos (jetons), é possível burlar esse limite e inflar o contracheque.

Essa negociação, porém, não se restringe a profissionais vindos da iniciativa privada. Dentro do serviço público, ministros também concedem cargos em conselhos a auxiliares, que passam a receber mais que o teto do funcionalismo.

O Ministério da Economia, que tem um departamento sobre coordenação e governança das empresas estatais, afirma que "os conselhos são selecionados sob critérios rigorosos e sua aprovação corresponde à adequação da qualificação e capacidade de contribuir na missão da gestão pública".

Em fevereiro, o STF decidiu que integrantes do governo podem acumular salário com jetons. Os ministros julgaram uma ação dos partidos PT e PDT contra uma lei de 1996 que define regras sobre esses benefícios.

Além dos jetons, outras gratificações, honorários advocatícios e auxílio-alimentação não são contabilizados dentro do teto salarial.

Apesar do esforço da equipe econômica dos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), o Congresso ainda não aprovou projetos que regulamentam o teto salarial. Com isso, continua permitido que jetons fiquem fora do cálculo do limite de renda.

Na semana passada, em meio à discussão de como conseguir financiar uma reformulação da Bolsa Família, o governo e congressistas sinalizaram apoio à proposta de cortar salários acima do teto do funcionalismo público.

O projeto tem peso político e moralizador, mas é insuficiente para financiar a criação do Renda Cidadã. A proposta resultaria, porém, em economia de R\$ 1 bilhão para a União por ano.

Marinho é ministro que mais se beneficia de extras

BRASÍLIA Cinco ministros do governo Jair Bolsonaro (sem partido) inflam seus salários por meio de jetons (gratificação paga por participarem de reuniões de estatais).

Articulador da redução de gastos na reforma da Previdência, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) é, até o momento, o que mais se beneficia.

Extra no salário de Marinho, que é de R\$ 30,9 mil, pode chegar a R\$ 21 mil por mês. O contracheque, portanto, supera o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil), que é o salário bruto de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Um dia após Marinho apresentar a proposta de reforma da Previdência, ele assumiu cargo no conselho fiscal do Sesc (Serviço Social do Comércio), entidade corporativa financiada pelo cofre público.

A nomeação foi em fevereiro de 2019. Ele era secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia quando conduziu as negociações para o Congresso aprovar o endurecimento nas regras de aposentadorias e pensões. O objetivo da reforma foi cortar gastos ante as pressões no Orçamento.

Marinho assumiu o Ministério do Desenvolvimento Regional em fevereiro de 2020 e segue no conselho.

Segundo o Sesc, a gratificação é paga mensalmente, conforme presença nas reuniões e o orçamento previsto para o colegiado.

Já ministro, Marinho passou a articular com congressistas medidas contra o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior.

Por causa dessa norma, o governo enfrenta dificuldades de encontrar espaço no Orçamento para reformular o Bolsa Família — marca de gestões petistas — e criar o Renda Cidadã.

Além de Marinho, os ministros Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovações) e Bento Albuquerque (Minas e Energia) também acumulam cargos em estatais e elevam a remuneração. Seus jetons são de cerca de R\$ 7.000 por mês. O salário é o padrão para ministros: R\$ 30,9 mil.

Bento ocupa cadeira no conselho de administração da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Pontes integra o conselho na Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e do Amazon, estatal que desenvolve tecnologia ao programa nuclear da Marinha.

José Levi, que assumiu a AGU (Advocacia-Geral da União) em abril, recebe jetons até se tornar ministro e deixar o conselho do BB Consiórcios. Por ser procurador de carreira da Fazenda Nacional, seu salário bruto era de R\$ 37,7 mil em abril. Ao receber R\$ 4.000 em jetons no mês, também recebeu acima do teto.

Os ministros Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) ganharam cargos em maio (Sesc e Senac, respectivamente), mas, pelo Portal da Transparência, ainda não é possível verificar o quanto receberam em jetons.

Albuquerque afirmou que a gratificação está de acordo com a legislação. Marinho, Pontes, Onyx e Tarcísio não quiseram se manifestar. TR

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Paisagem

O presidente da Abal (associação que reúne a indústria de alumínio), Milton Rego, tem dito a representantes da construção civil que a recente escassez de matérias-primas como perfis e partes de janelas deve se normalizar. A previsão é que em até dois meses o mercado volte ao patamar do início da pandemia, quando o setor reduziu o estoque esperando tempos sombrios. Para Rego, a alta na demanda da construção é só um bolha gerada por este solução da cadeia na pandemia.

GOLE No caso da cerveja, que vem registrando ruptura nas prateleiras de supermercados, o presidente da Abal faz raciocínio semelhante. "Não há falta sistêmica. É muito mais esse tipo de coisa: alguém resolveu duplicar a produção e não tem [latinha] de um dia para o outro", diz Rego.

CASA Desde junho, quando a XP resolveu apostar na cristalização do home office, cresceu a participação de profissionais de fora de SP. De junho a outubro, 532 das 974 novas contratações são pessoas que não moram na capital paulista. A empresa também recrutou gente na França, no Reino Unido, nos EUA e na China.

CHAVE A XP, que acaba de devolver cinco de seus dez andares de escritórios para enxugar o espaço na capital paulista, prevê que a nova sede em São Roque (SP) ficará pronta até o final de 2021.

MENU O almoço de João Doria com os ministros do Supremo Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, na sexta (9), no Palácio dos Bandeirantes, não foi colocado na agenda do governador divulgada ao público.

ENTRADA O encontro, que foi revelado pela coluna Pánel, da Folha, também teve a presença do prefeito de São Paulo, Bruno Covas, do vice-governador, Rodrigo Garcia, e do secretário Antônio Imbassahy. O governo de SP só publicou os três nomes.

PRATO PRINCIPAL A presença dos ministros do STF no almoço também não foi citada na agenda pública de Covas. No horário marcado, a agenda de Toffoli diz que ele estava fazendo despachos internos por videoconferência. A de Alexandre de Moraes não foi divulgada, segundo a assessoria de imprensa do STF.

FOGO Especialistas em gestão ambiental que acompanham o tema no Brasil estimam que as novas declarações do ministro Ricardo Salles possam alimentar seu enfraquecimento político. O prognóstico é que a combinação entre o desconforto do agronegócio com Salles e a ligação de Bolsonaro ao centrão fica mais sensível a cada fala do ministro.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência setembro

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045,20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 8.101,04 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 85,25 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

"O prazo da competência de setembro vence em 20.out para empresas; para pessoas físicas, vence em 15.out. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas"

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5% a 14%	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09

Empregador: 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.out. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Congresso discute limitar pagamento de jetons em reforma administrativa

Proposta do governo não prevê, até o momento, mudanças nas regras que permitem inflar contracheque de servidores

Danielle Brant, Iara Lemos e Thiago Resende

BRASÍLIA Congressistas querem incluir nas discussões da reforma administrativa um mecanismo para limitar o pagamento de jetons. A remuneração beneficia quem participa de reuniões de conselhos de estatais.

Como os jetons não são considerados salário, não entram na conta do limite máximo que um funcionário público federal pode receber. Hoje o teto é equivalente ao vencimento de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Apesar de o governo não ter previsto, até agora, mudanças nessas regras, parlamentares querem usar a reforma administrativa para que o salário bruto, quando somado aos jetons, não ultrapasse o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil).

Isso valeria inclusive para os atuais servidores. A proposta de reformulação do serviço público, apresentada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), pouca quem já ingressou nas carreiras.

A medida, porém, enfrenta o forte lobby de servidores, especialmente do Judiciário, no Congresso. Mesmo com o apoio de governos anteriores, como de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), propostas semelhantes não avançaram no Legislativo.

Mais 330 servidores, inclusive ministros do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), recebem esses honorários por ocuparem cargos de conselhos de estatais. O gasto com esses pagamentos, em média, supera R\$ 1 milhão por mês.

“Vai ter economia [de gasto público], o que é sempre positivo, mas a questão é mais de isonomia e fim de privilégios”

Thiago Mitraud deputado federal (Novo-MG)

“A gente sabe que jetom é que garante quórum [nas reuniões dos conselhos], mas tem de ter limite e não pode virar carnaval”

Kátia Abreu senadora (PP-TO)

“O objetivo é coibir abusos e distorções. Vai ter economia [de gasto público], o que é sempre positivo, mas a questão é mais de isonomia e fim de privilégios”, disse o deputado do Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da frente parlamentar em defesa da reforma administrativa.

Defensores das reformas e corte de despesas, integrantes da cúpula do Ministério da Economia acumulam cargos em estatais e, assim, elevam o contracheque. Alguns também recebem mais que o teto de R\$ 39,3 mil.

Em todo o Executivo federal, pelo menos 69 servidores conseguiram uma remuneração acima do limite, ao juntar o valor da gratificação das estatais com o salário bruto.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), uma das principais defensoras da reforma administrativa, sustenta que haja uma regulamentação para o pagamento de jetons.

“A gente sabe que jetom é que garante quórum [nas reuniões dos conselhos], mas tem de ter limite e não pode virar carnaval”, disse a senadora.

Kátia pretende apresentar, ao texto da reforma administrativa, um dispositivo que coloque critérios técnicos para o pagamento dos valores extras. Na análise da senadora, essa mudança poderá também garantir transparência na escolha de quem for ocupar os cargos.

“Mais do que padronizar, é necessário colocar critério técnico. Não é para transformar isso em vaga para amigo. É dinheiro público e precisa ser fiscalizado”, disse a

senadora.

Vice-líder do governo no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR) também defende que o texto da reforma administrativa traga limitações ao pagamento de jetons.

“Todos têm de estar submetidos à lei no limite do teto. Isso [pagamento de jetons] é um absurdo. A reforma administrativa tem de ter essa função de limitar”, afirmou Rodrigues.

Em 2015, o governo de Dilma apresentou ao Congresso um projeto para cortar salários acima do teto do funcionalismo público.

Uma proposta de regulamentar esse limite já chegou a ser aprovada pelo Senado no fim de 2016, quando o então presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), conduziu uma pauta de ataques ao Judiciário, em uma reação ao avanço da Lava Jato.

O projeto seguiu para a Câmara, onde ainda não foi votado no plenário. O texto do Senado se juntou ao de 2015, da equipe de Dilma, mas, por falta de acordo e diante do lobby do funcionalismo, os deputados não analisaram o tema.

A ideia de congressistas é deixar claro, em lei, que os “penduricalhos” dos salários de servidores também estão sujeitos ao teto de remuneração. Isso valeria para gratificações, bônus, horas extras, adicional noturno e valores recebidos por participação em conselhos de estatais, os jetons.

Em 2017, a equipe econômica de Temer tentou retomar a discussão, mas também não conseguiu aprovar a proposta.

Corte de jornada e salário valerá por mais dois meses

BRASÍLIA O governo federal autorizou a prorrogação por mais 60 dias do programa de suspensão de contratos e corte de jornada e salário, totalizando oito meses.

Segundo nota da Secretaria Geral da Presidência da República divulgada na noite desta terça-feira (13), o decreto será publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (14).

“Diante do cenário atual de crise social e econômica, e com a permanência de medidas restritivas de isolamento social, faz-se necessária a prorrogação, mais uma vez, do prazo máximo de validade dos acordos”, diz a nota.

O programa que visa evitar demissões em massa durante a pandemia da Covid-19 foi instituído em 1º de abril. A época de sua criação, a ideia era que a suspensão fosse válida por até dois meses e a redução de jornada, por até três.

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro autorizou que os acordos valessem por até quatro meses. Em agosto, fixou-se que poderiam ser de até seis meses. Agora, a oito.

O prazo do acordo será limitado a dezembro deste ano, não podendo se alongar para 2021.

Cada trabalhador atingido pelo corte tem direito a uma compensação parcial em dinheiro paga pelo governo. Daniel Carvalho

Maia diz que reforma tributária pode sair até o final do 1º turno

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), calcula ser possível votar a reforma tributária no plenário da Casa ainda neste ano se houver um texto acordado entre os deputados e o governo até o final do primeiro turno das eleições municipais.

Em entrevista à rádio CNN, ele reiterou que a “prioridade das prioridades” é votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece medidas de ajuste fiscal e controle das despesas.

Mas não descartou avançar neste ano no texto da tributária que está sendo construído pela comissão mista para unificar as propostas da Câmara (PEC 45), do Senado (PEC 110) e o projeto da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) enviado pelo governo.

Maia disse que a reforma tributária já está pronta para ser votada na Câmara, tendo cumprido todos os prazos regimentais na Casa.

Para o deputado, o problema na reforma tributária é “primeiro construir um acordo dentro da Casa e depois com o governo”, o que não avalia ser difícil.

“Se tivermos [a matéria] pronta logo depois [das eleições], deixamos o texto pronto até o fim do primeiro turno das eleições municipais, acho que a gente passa a ter chances de aprovar a reforma tributária na Câmara”, disse.

O governo ainda quer mandar outras propostas de reforma tributária, mas, perto das



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia
Najara Araujo - 13.ago.20/Câmara dos Deputados

eleições e com a pouca disposição de lideranças políticas para debater mudanças no período, suspendeu o processo.

Com isso, fontes do Ministério da Economia admitem que a nova etapa da proposta de alterações no sistema tributário só deve ser enviada ao Congresso em 2021.

Maia defendeu ainda a decisão do governo de enviar uma reforma administrativa apenas para novos servidores para evitar judicialização do tema. “Claro que o custo é alto, mas nosso problema não é o passado, é construir um futuro de melhor qualidade na administração pública”, afirmou.

No domingo (11), ele praticamente descartou conseguir votar o texto da administração neste ano, por causa do prazo apertado. Danielle Brant

“O custo é alto, mas nosso problema não é o passado, é construir um futuro de melhor qualidade na administração pública”

Rodrigo Maia presidente da Câmara

A comitê do FMI, Guedes defende reformas e disciplina fiscal

Em texto, ministro diz que a resposta de política econômica brasileira à pandemia superou os esforços vistos em outros países emergentes

Por **Gabriel Caprioli** — De São Paulo

14/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



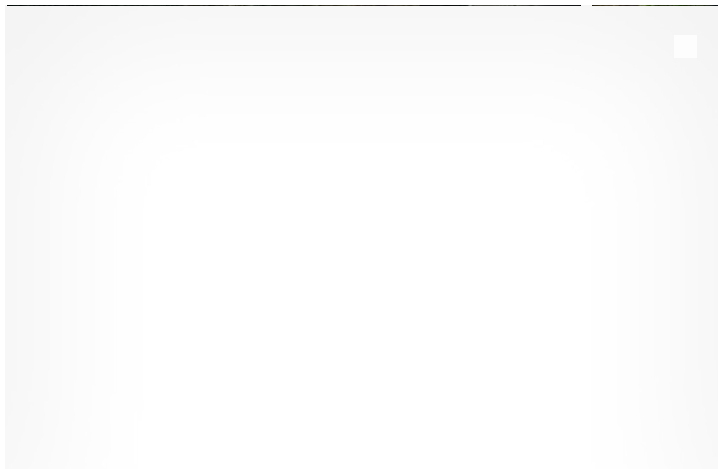


Paulo Guedes: economia está preparada para recuperação robusta em 2021 — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a continuidade da agenda de reformas e um “forte compromisso com a disciplina e transparência fiscais” como forma de conduzir o Brasil após a fase mais aguda da crise decorrente da covid-19. Em texto da declaração do Brasil e mais dez países ao Comitê Monetário e Financeiro do FMI (IMFC, na sigla em inglês), o ministro destacou a resposta de política econômica brasileira à pandemia que, em sua avaliação, superou os esforços vistos em outros países emergentes e se equiparou aos das economias avançadas. O IMFC é colegiado de 24 integrantes que define as diretrizes do FMI.

“Isso foi necessário devido à magnitude do choque no hemisfério Ocidental e à necessidade de agir rapidamente e sem hesitação para salvar a vida e o sustento de dezenas de milhões. O Banco Central do Brasil atuou com agilidade e ousadia em um conjunto de medidas voltadas para a liquidez e flexibilização das exigências de capital. Essas ações garantiram o bom funcionamento dos mercados de crédito, com expansão significativa em relação a 2019”, diz trecho da declaração.

O ministro também destacou que o governo adotou medidas de apoio às empresas voltadas à preservação dos empregos que evitaram a perda de 12 milhões de postos de trabalho. “Em linha com a recomendação do FMI, sob a incerteza generalizada, corremos o risco de errar no lado positivo, para não deixar ninguém desprotegido em uma situação sem precedentes.”



Guedes também mencionou que o auxílio emergencial pago pelo governo federal evitou o que “teria sido uma queda desastrosa de milhões de famílias na pobreza”, mas também reduziu a desigualdade no país. “É claro que, à medida que a crise diminui e a atividade econômica é retomada, um programa tão considerável e de longo alcance não pode continuar sem ajustes.” De acordo com o ministro, o governo busca, no momento, formas sustentáveis de melhorar a rede de segurança social para expandir o programa de transferência de renda às famílias vulneráveis de forma mais permanente.

Segundo ele, as estratégias funcionaram e a atividade já apresenta sinais de recuperação. Para ele, após a queda de cerca de 5% do PIB prevista para este ano, “a economia está preparada para uma recuperação robusta em 2021, mesmo que a consolidação fiscal prossiga em total conformidade com o teto de gastos, principal pedra angular fiscal”.

Guedes defendeu a ideia de que a redução de estímulos em 2021 deve ser calibrada de acordo com as circunstâncias de cada país, respeitando a sustentabilidade e estabilidade econômica. “Os países com espaço para políticas, que podem optar por remover o estímulo apenas gradualmente, devem continuar a apoiar a recuperação econômica à medida que ela ganha força. No entanto, onde a sustentabilidade da dívida pública é motivo de preocupação, novos estímulos fiscais podem sair pela culatra na forma de uma deterioração da confiança, crescimento decepcionante e dinâmica de dívida deletéria.”

Para esses últimos, Guedes disse que o ajuste fiscal deve começar de forma imediata e decisiva para dissipar quaisquer dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida. “Para esses países, o foco deve mudar para a melhoria da composição das

CGU vê problemas no seguro-desemprego

Relatório aponta falta de política ativa de emprego e sobreposição com medidas como FGTS

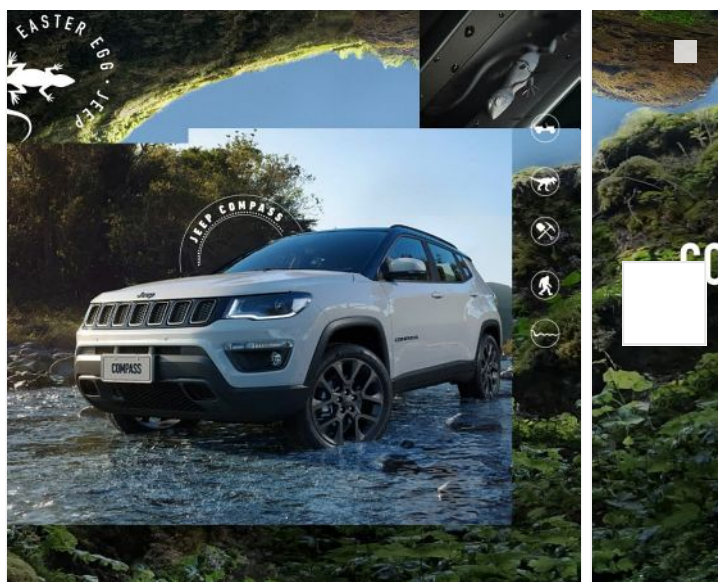
Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

14/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O seguro-desemprego tem problemas a serem enfrentados, segundo relatório da Controladoria-Geral da União para o Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Gastos Diretos (CMAG). O documento aponta questões como a enorme distância entre as raras políticas ativas, como programas de qualificação, e passivas, que viabilizam renda para trabalhadores que perderem seu emprego. Além disso, ressalta a sobreposição com outras políticas, como o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por demissão sem justa causa.

Os apontamentos estão registrados em ata de uma reunião extraordinária do CMAG, que é liderado pela Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia. Esse documento está público, mas o relatório-executivo feito pela CGU com as propostas, que subsidiou a discussão, não. Mesmo pedido pela reportagem, ele não foi entregue pelos ministérios.

“Foram identificados como problemas principais: a significativa desproporção de gastos entre benefício financeiro do seguro-desemprego e a qualificação profissional e intermediação de mão de obra; a possível sobreposição de políticas públicas, especialmente entre seguro-desemprego e FGTS, e a baixa transparência”, registra a ata.



Jeep Jeep - Sponsored

Jeep Compass Sport com Oferta

[Saiba mais](#)

Jeep Jeep -

Jeep C

[Saiba ma](#)

No encontro, o governo debateu as três questões, mas os votos sobre como enfrentar os problemas foram “retirados da pauta”, por supostos “avanços importantes nos últimos meses” pela Secretaria de Trabalho. A primeira era a mais genérica. Pedia a criação de indicadores gerenciais para verificar o cumprimento da exigência de curso de qualificação para quem requisitou o seguro-desemprego pela segunda vez em dez anos. “Representante da Secretaria de Trabalho disse que essa recomendação pode estar desatualizada porque não têm sido mais ofertadas vagas pelo Pronatec para o cumprimento de condicionalidade para concessão do seguro-desemprego”, diz a ata.

A segunda foi pedido de avaliação para lidar com as sobreposições, como o saque do FGTS por demissão sem justa causa. “Representante da Secretaria de Trabalho disse que há algumas questões já endereçadas no ME sobre o estudo do FGTS”, conta a ata.

O terceiro voto sugeria a divulgação individualizada dos benefícios do seguro-desemprego, como ocorre com Bolsa Família e seguro-defeso, o que para a Secretaria de Trabalho esbarraria em impedimentos legais de sigilo fiscal.

Rebeca Regatieri, economista especialista em avaliação de políticas públicas e uma das pessoas que elaboraram o manual de avaliação do governo federal, discorda do

procedimento que o CMAG adotou de retirar recomendações técnicas propostas e não apresentar o relatório-executivo.

“A experiência internacional mostra que tem que priorizar política ativa. Na ata votam para retirar uma recomendação técnica, que provavelmente devem ter chegado comparando com a experiência internacional”, disse ela. “Esse desenho de buscar a validação/aprovação dos gestores das políticas avaliadas antes da divulgação do relatório técnico é perigoso, pode nos colocar no caminho já pavimentado de as avaliações serem superficiais e mais burocráticas.”

Sobre o baixo uso de política ativa de mercado de trabalho, ela aponta que o fato de o Pronatec ter sido mal avaliado não elimina a necessidade de se discutir realocação de recursos para uma política que promova qualificação e intermediação de emprego.

Arnaldo Lima, diretor da MAG Seguros, diz que na comparação internacional o Brasil está muito mal posicionado em termos de políticas ativas. Em levantamento feito por ele, ações que visam promover o emprego representam 1% dos recursos, enquanto 99% estão em políticas “passivas”, que para ele incluem seguro-desemprego e abono salarial.

“O foco do governo deveria ser a transformação do abono em uma política ativa de mercado de trabalho, exigindo que os trabalhadores permaneçam empregados ao menos seis meses no ano para receber esse benefício”, diz. Ele também propõe que o governo aumente recursos para esse tipo de política por meio de parcerias com o Sistema S, o que evitaria o impacto fiscal. Lima defende ainda que os recursos do FGTS liberados na demissão sem justa causa (saldo e multa de 40%) sejam usados antes do seguro-desemprego.

O representante da Força Sindical no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), Sérgio Luiz Leite, afirmou que o baixo orçamento para qualificação profissional e intermediação de mão de obra é um problema histórico do FAT. Segundo ele, os órgãos de controle sempre demonstraram a preocupação com o fato de haver maior destinação de recursos para “políticas curativas do que para preventivas”.

Ministro conta com emendas para dobrar investimento em transporte

Em documento, Ministério da Infraestrutura propõe que os parlamentares destinem R\$ 5,56 bilhões para a área

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

14/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Tarcísio Freitas: esforço no direcionamento de emendas para as rodovias, ferrovias, portos e aeroportos — Foto: Alberto Ruy/MInfra

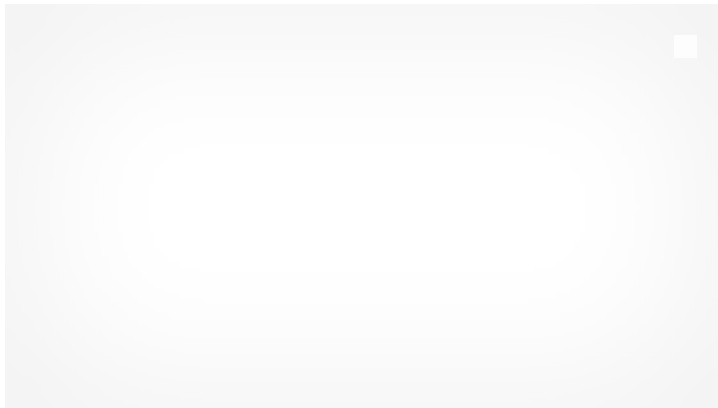
O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, quer contar com as emendas parlamentares para quase dobrar os investimentos da União no setor de

transportes em 2021. Em documento dirigido a deputados e senadores, o Ministério da Infraestrutura propõe que os parlamentares destinem R\$ 5,56 bilhões para a área, o que significaria elevar em 87,5% o investimento total do ministério, previsto em R\$ 6,35 bilhões na proposta orçamentária para o próximo ano.

O montante de recursos que Tarcísio de Freitas deseja representa 34% do total destinado às emendas parlamentares impositivas, individuais e de bancada, ao Orçamento de 2021, que foi fixado em R\$ 16,34 bilhões. “O setor e o país contam com a sua participação e esforço no direcionamento de emendas para as rodovias, ferrovias, portos e aeroportos pelo país”, afirma a mensagem do ministério aos parlamentares.

No texto do documento, o ministério diz que a oferta de recursos públicos para a expansão da infraestrutura é insuficiente para “resgatar o passivo que foi gerado nas últimas décadas” e que “a responsabilidade fiscal exige participação de todos”. Por isso, argumenta, “é fundamental o somatório de esforços”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Por causa do crescimento continuado das despesas obrigatórias, principalmente com benefícios previdenciários, e da necessidade de cumprir o teto de gastos da União, as chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina) no próximo ano serão as mais baixas da série histórica, ficando em R\$ 92 bilhões (excluída a capitalização de R\$ 4 bilhões da Itaipu Binacional e da Eletrobras Termonuclear S.A), contra a previsão de R\$ 115,1 bilhões neste ano.

Para diminuir o arrocho, Tarcísio de Freitas e outros ministros estão apelando para as emendas parlamentares. Um dos argumentos utilizados pelo Ministério da

Infraestrutura para convencer deputados e senadores é que, em 2019, 97% das emendas parlamentares destinadas à infraestrutura foram executadas.

O ministério listou uma série de investimentos considerados prioritários e a conclusão de empreendimentos já iniciados, em cada Estado. Em alguns dos Estados, o valor que Tarcísio de Freitas está sugerindo em emendas é superior à própria dotação da proposta orçamentária para a obra.

Não é a primeira vez que o ministro da Infraestrutura apela para os parlamentares com o objetivo de aumentar as dotações de sua pasta. Desde 2019, ele procura estabelecer uma parceria com deputados e senadores. Esta é, no entanto, a primeira vez que ele sugere valores para as emendas a cada uma das obras listadas.

Consultado pelo **Valor**, o Ministério da Infraestrutura informou que, em 2019, as emendas parlamentares para o setor somaram R\$ 407 milhões, sendo que R\$ 394,8 milhões foram executados. Para este ano, de acordo com o ministério, as emendas destinadas ao setor subiram para R\$ 2,4 bilhões.

Outros ministros estão adotando uma estratégia semelhante à de Tarcísio de Freitas, embora sem sugerir valores para as emendas.

Até agora, apresentaram solicitação aos parlamentares os ministérios da Defesa, Agricultura, Justiça e Segurança Pública, Meio Ambiente e da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

Precatório não pode ir para distribuição de renda, dizem técnicos

Avaliação consta de nota técnica conjunta das consultorias Legislativa e de Orçamento da Câmara dos Deputados

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

14/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Nota técnica conjunta das consultorias Legislativa e de Orçamento da Câmara dos Deputados, divulgada ontem, concluiu que, do ponto de vista estritamente orçamentário, a aprovação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o pagamento dos precatórios e sentenças judiciais da União não pode ser considerada como fonte adequada para financiar o custeio de um programa permanente de transferência de renda, que “pela sua importância e alcance social precisa ser financiado com recursos suficientes e igualmente de natureza permanente”.

Além disso, a nota adverte que a inclusão no Orçamento de eventuais recursos a serem liberados pela PEC somente será possível após sua aprovação e promulgação. Ou seja, de acordo com essa interpretação, o relator da proposta orçamentária de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC), não poderá usar recursos dos precatórios para custear o novo programa social do governo, chamado de Renda Cidadã, como despesa condicionada, se a PEC não for aprovada antes da proposta orçamentária.

Os autores da nota - os consultores Eugênio Greggianin, José Cosentino Tavares, Manuella da Silva Nonô, Marcos Tadeu Napoleão de Souza, Ricardo Volpe e Sérgio Tadao Sambosuke - observam ainda que, levando-se em consideração as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), “não parece legítima a opção do legislador federal, a pretexto do financiamento de uma política pública, por mais

importante que esta seja, em apropriar-se de parcela do Orçamento destinada ao cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, no que a imprensa tem chamado de manobra fiscal, eis que tem por objetivo não desrespeitar o teto de gastos”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

No estudo, os autores lembram que a Constituição estabelece o rito para o pagamento dos precatórios e define que é do Poder Judiciário a prerrogativa de fixar os valores necessários ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais. Eles entendem que a proposta poderá “ter sua constitucionalidade questionada mais uma vez no STF, nos moldes do que aconteceu com as emendas constitucionais números 30, de 2000, e 62, de 2009” - que promoveram o parcelamento das dívidas dos Estados e municípios com precatórios.

Eles fazem, no entanto, uma ressalva. Para os consultores, “a situação pode se reverter mais à frente se o cenário fiscal da União se deteriorar dramaticamente em função do impacto da pandemia sobre as contas públicas a ponto de ser necessária a adoção de medidas extremas e urgentes como a aqui tratada”. A nota técnica foi redigida a pedido dos deputados Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e Felipe Rigoni (PSB-ES).

O estudo diz que as despesas da União decorrentes de decisões judiciais “estão atingindo valores muito preocupantes”. Em 2021, a despesa vai chegar a R\$ 55,5 bilhões e reflete, segundo os autores, “apenas a ponta de um problema ainda maior, que são os riscos fiscais associados ao forte crescimento de ações contra a União”. Para eles, “a necessidade de fortalecimento da defesa jurídica do Estado em face do



Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados

13 outubro 2020



Foto: Divulgação

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016.

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O



novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).



O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

Foto: Divulgação

Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é



instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Fonte: Ascom/Sefaz-BA



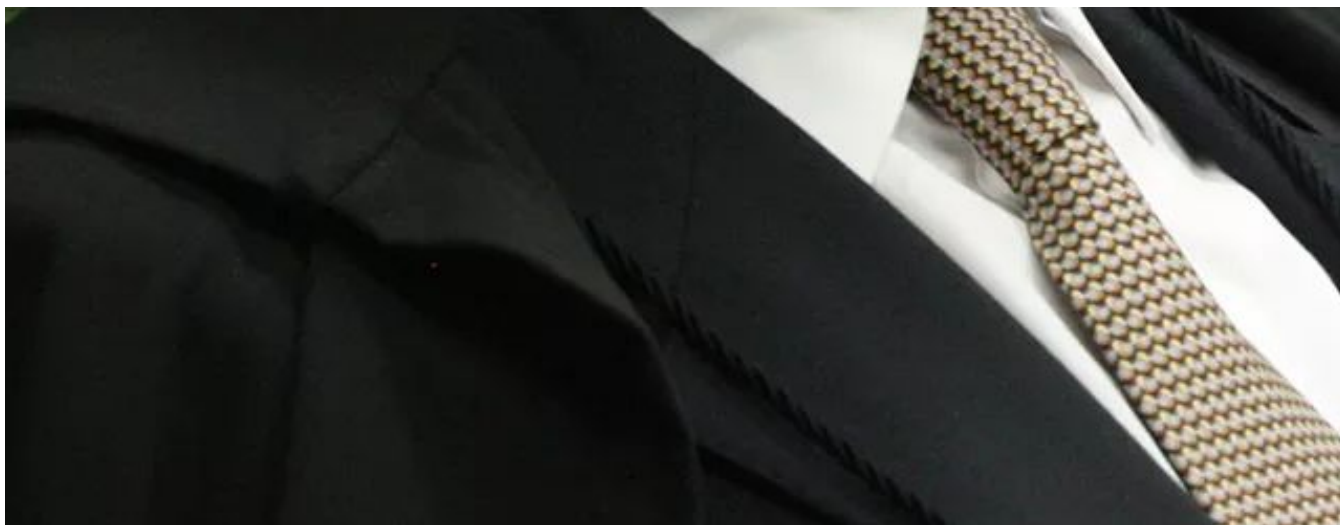
STF anula regime de ICMS para energia

Sistemática paulista responsabilizava a distribuidora pelo imposto no mercado livre

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

14/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





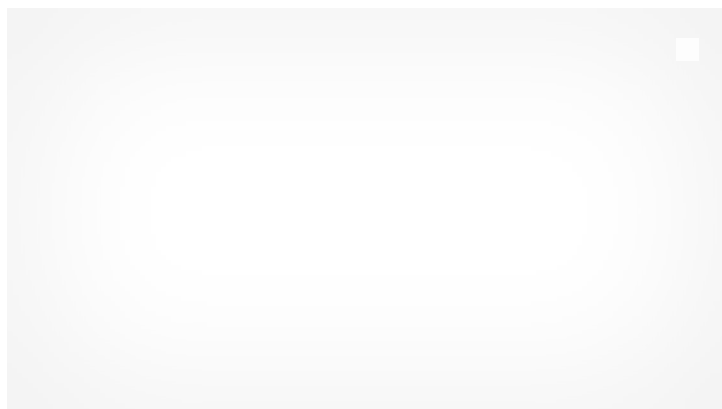
Ricardo Lewandowski: Estado desbordou dos limites das competências a ele atribuídas — Foto: Divulgação/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o regime tributário instituído pelo Estado de São Paulo para a comercialização de energia elétrica no mercado livre. A sistemática - que serviu de modelo para os demais Estados do país - estabelece a substituição do responsável pelo recolhimento do ICMS: as distribuidoras no lugar das geradoras e comercializadoras.

Os ministros atenderam a um pedido da Associação dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). A entidade havia ingressado, em 2009, com uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 4.281, contestando o regime paulista.

A Abraceel argumentava que a sistemática foi instituída pelo Regulamento do ICMS sem que houvesse previsão em lei. Trata-se do Decreto nº 54.177, de 2009, que alterou os parágrafos 2º e 3º do artigo 425 do Decreto nº 45.490, do ano 2000.

PUBLICIDADE



Alegava ainda prejuízos à livre concorrência. Com a mudança do regime tributário, as geradoras e comercializadoras passaram a ser obrigadas a fornecer os dados dos contratos de aquisição de energia - incluindo o preço praticado - para o Estado, que, por sua vez, os repassava às distribuidoras.

Foram mais de dez anos de idas e vindas na pauta. O desfecho se deu no Plenário Virtual, na última sexta-feira, por um placar de oito votos a dois. Houve modulação de efeitos e, com isso, a norma paulista só perderá a validade a partir da publicação.

Segundo os ministros, existem dois requisitos para que a hipótese de substituição tributária seja válida: tem de estar prevista em lei; e o substituto precisa ter vínculo com o fato gerador da obrigação tributária. No caso de São Paulo, afirmaram, nenhum deles foi cumprido.

No mercado comum, o doméstico, as tarifas são reguladas pelo governo e o consumidor paga uma fatura única por mês incluindo os serviços de distribuição e geração de energia. Já o mercado livre - alvo da discussão no STF - é um ambiente de contratação de energia em que grandes empresas negociam o fornecimento (preços, prazos e volume) diretamente com os geradores ou comercializadores.

A distribuidora não participa das negociações. Ela detém a estrutura física necessária para transportar a energia e é obrigada, por lei, a compartilhar a rede para que a geradora ou a comercializadora consiga entregar o volume adquirido, no mercado livre, pelo consumidor.

O ressarcimento dos custos desse transporte é estabelecido em um contrato específico, o que, segundo os ministros, não se confunde com a negociação para o fornecimento da energia. A distribuidora foi classificada pelos magistrados como um “elemento estranho à relação e à própria cadeia produtiva”, já que “não recebe qualquer valor referente ao contrato celebrado”.

A relatora original desse caso é a ministra Ellen Gracie, que deixou o STF em agosto de 2011, sendo substituída, em dezembro daquele ano, por Rosa Weber. A ADI 4.281 entrou em pauta, pela primeira vez, poucos dias antes da despedida de Ellen.

Ela abriu o julgamento com voto contrário ao regime de tributação paulista - e, agora, quase uma década depois, o entendimento prevaleceu.

A ministra Cármen Lúcia havia pedido vista em 2011 e só devolveu o processo no ano de 2017, acompanhando o voto da relatora. Na ocasião, no entanto, um novo pedido de vista interrompeu, mais uma vez, as discussões.

O julgamento foi retomado no mês passado com o voto de Alexandre de Moraes. Ele abriu a divergência, posicionando-se, portanto, pela constitucionalidade da regra paulista. “A distribuidora de energia elétrica integra fisicamente o ciclo e o processo de produção, comercialização e transmissão de energia”, afirmou.

Para o ministro, a regulamentação, “ao invés de ferir a livre concorrência, reforça-a, na medida em que busca reprimir quadro de potencial evasão ou abusividade lesiva”. No dia do julgamento, no entanto, ninguém acompanhou o entendimento dele.

Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, que também proferiram votos naquele dia, concordaram com a relatora. O placar estava em quatro a um quando o ministro Ricardo Lewandowski apresentou um novo pedido de vista.

A retomada das discussões - quando, enfim, chegou-se a um desfecho - ocorreu no Plenário Virtual. Lewandowski, o primeiro a votar, acompanhou a relatora. “O governador do Estado de São Paulo, ao atribuir a responsabilidade às distribuidoras de energia, desbordou dos limites das competências que lhes foram conferidas”, disse.

Os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli também acompanharam a relatora. Já Marco Aurélio seguiu a divergência, fechando o placar em oito votos a dois. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, estava impedido.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo afirma, que aguarda a liberação do acórdão, mas “já estuda com a Secretaria da Fazenda e Planejamento alternativas para enfrentar o cenário de grande perda de arrecadação”.

O Estado, no processo, argumentava que o objetivo da norma era evitar sonegação fiscal. Justificava a distribuidora como substituta tributária pelo fato de apenas ela ter a possibilidade de medir a quantidade de energia efetivamente consumida. A legislação paulista serviu como modelo para vários outros Estados - entre eles, o Rio de Janeiro.

Para o advogado Guilherme Berejuk, do Martorelli Advogados, a decisão, no caso de São Paulo, sinaliza para os outros Estados o entendimento do STF sobre o tema. Apesar de tratar, essencialmente, sobre a ausência de previsão em lei, diz, a discussão avançou “sobre o plano da garantia da ordem econômica”.

“Deve impedir que o regime de substituição tributária, tal como proposto pelo ente federativo, configure uma situação em que informações sensíveis do negócio das comercializadoras [o preço da venda de energia] sejam abertas a outras empresas do setor [distribuidoras], cujos controladores, frequentemente, também possuem participação ou controle de empresas no segmento de comercialização”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A20s 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.5" Octa-Core 1.8 GHz 4G Câmera Tripla 13.0 MP + 5.0 MP + 5.0 MP(UW) - Vermelho

R\$ 1.134,32 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Conheça o produto que alivia as dores nas costas e ciático

CI ACTIVE

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST